

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 002

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE FEVEREIRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 001ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
16 DE FEVEREIRO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Augustinho Zucchi e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº 39317/99, da Senhora Mônica Messenberg Guimarães, Secretária Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, comunicando liberação de recurso financeiro no valor de R\$1.079.348,96,

para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa Dinheiro Direto na Escola. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 509/99, do Senhor César Cláudio Moreira Giralles, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando liberação de recursos no valor de R\$100.785,86, destinado ao Programa Brasil Criança Cidadã. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 504/99, do Senhor César Cláudio Moreira Giralles, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando liberação de recursos no valor de R\$19.180,00, para o Regime de Abrigo. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 496/99, do Senhor César Cláudio Moreira Giralles, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando liberação de recursos no valor de R\$40.570,00, relativa a Avaliação Social do Benefício de Prestação Continuada. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2028/99, do Senhor Gueber Roberto Laux, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, comunicando contrato celebrado de repasse de Recursos do Orçamento Geral da União - OGU, entre a Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado do Paraná, sendo interveniente a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, e os valores repassados por conta do OGU são de R\$1.719.064,95, tendo o Governo do Estado do Paraná se comprometido a corresponder, a título de contrapartida física, a quantia de R\$429.766,22, para execução de infra-estrutura e serviços em projetos de assentamentos criados em áreas destinadas a reforma agrária. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 48/2000, do Senhor Pedro Paulo Popovic, Secretário de Educação a Distância, comunicando convênio nº 18/99, no valor de R\$150.000,00, com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, destinado a Capacitação, Suporte Técnico e Pedagógico, Desenvolvimento Institucional, Acompanhamento e Avaliação do PROINFO. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 041/2000, do Senhor Augusto Carlos Garcia de Viveiros, Presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, comunicando convênio firmado entre o Instituto e a Universidade Estadual de Londrina, referente a recursos de pagamentos de despesas com equipamentos dos laboratórios para o Centro Indesp de Excelência Esportiva. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 052/2000, do Senhor Manoel J. Warumby de Oliveira, Gerente de Filial da Caixa Econômica Fed-

eral, comunicando contrato de repasse do Orçamento Geral da União - OGU, entre a Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado do Paraná, sendo interveniente a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, os valores repassados por conta do OGU são de R\$719.064,95, e o Governo do Estado do Paraná, compromete-se com a quantia de R\$429.644,36, para serviços em projetos de assentamentos em áreas destinadas a reforma agrária. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 073/2000, do Senhor Manoel J. Warumby de Oliveira, Gerente de Filial da Caixa Econômica Federal, informando convênio entre a Caixa e o Governo do Estado do Paraná, comunicando repasse por conta da OGU é de R\$600.000,00, sendo o Município de Guaratuba se comprometido com a quantia de R\$12.000,00, para implantação de infra-estrutura em áreas degradadas, insalubres e situação de risco. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 233/99, do Senhor Giovani Gionédís, Secretário de Estado da Fazenda, encaminhando demonstrativo das Alterações de Despesas realizadas em outubro e novembro de 1999. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 491/99, do Senhor César Cláudio Moreira Giraldes, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando liberação de recursos no valor de R\$100.785,86, destinados ao Programa Criança Cidadã. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 6027/99, do Senhor César Cláudio Moreira Giraldes, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos no valor de R\$432.294,93, para manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 483/99, do Senhor César Cláudio Moreira Giraldes, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando repasse no valor de R\$222.126,42, referentes a Serviços Assistenciais de Ação Continuada. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/325/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 319/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/326/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 136/99, de autoria do Deputado Ricardo Maia, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/382/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente

o Projeto de Lei nº 133/99, de autoria do Deputado Miltinho Puppio, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/383/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 163/97, de autoria do Deputado Caíto Quintana, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/384/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 434/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/385/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 507/99, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/386/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 377/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/387/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 087/99, de autoria do Deputado Beto Richa, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/388/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 150/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/403/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 433/99, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/413/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 258/99, de autoria do Deputado Tony Garcia, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/414/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 100/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/415/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 138/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/416/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 079/99, de autoria do Deputado Beto Richa, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/417/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 247/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/418/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 497/99, de autoria do Deputado Aedmar Traiano, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/419/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 088/99, de autoria do Deputado Beto Richa, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/422/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei nº 210/99, de autoria do Deputado Durval Amaral, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/SEEG/310, 311, 312, 313, 314, 315, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 406, 407, 408, 409, 411, 412, 420 e 421/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei nºs:

366/99: De autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação Nossa Senhora Aparecida de Reabilitação Auditiva - ANSARA, com sede e foro no Município de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.725. **Anote-se - Arquivo-se.**

195/99: De autoria do Deputado Cesar Seleme, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Miguel Gellert Krigsner, o qual con-

vertido em Lei tomou o nº 12.742. **Anote-se - Arquivo-se.**

211/99: De autoria do Deputado Cesar Seleme, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Faissal Assad Raad, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.743. **Anote-se - Arquivo-se.**

116/99: De autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Fundação Novo Horizonte, com sede e foro no Município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.744. **Anote-se - Arquivo-se.**

114/99: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Luiz Alfredo Malucelli, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.745. **Anote-se - Arquivo-se.**

279/99: De autoria do Deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a criar, através do DET-RAN-PR, a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Clevelândia, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.746. **Anote-se - Arquivo-se.**

598/99: Do Poder Executivo, que dispõe sobre recolhimento, ao Tesouro Geral do Estado, de saldo financeiro disponível dos órgãos da Administração Indireta do Estado, nos percentuais e condições que especifica, autoriza abertura de créditos adicionais e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.747. **Anote-se - Arquivo-se.**

022/99: De autoria do Deputado Nelson Garcia, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Padre Marcelo Rossi, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.748. **Anote-se - Arquivo-se.**

187/99: De autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Janiópolis, com sede no Município de Janiópolis e foro no Município de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.749. **Anote-se - Arquivo-se.**

222/99: De autoria do Deputado Nelson Justus, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor Constantino Roberto Constantini Frack, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.750. **Anote-se - Arquivo-se.**

249/99: De autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a Associação de Micro e Pequenas Empresas de Cascavel, com sede e foro no Município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.751. **Anote-se - Arquivo-se.**

269/99: De autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, que declara de Utilidade Pública a Associação de Dependentes do Álcool e Químicos, com sede e foro no Município de Irati, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.752. **Anote-se - Arquivo-se.**

300/99: De autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos Fernando de Noronha, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.753. **Anote-se - Arquivo-se.**

395/99: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Evangélica O Bom Samaritano, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré, o qual convertido em Lei nº 12.754. **Anote-se - Arquivo-se.**

408/99: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que dá nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 8766/88, declarando de Utilidade Pública a Associação de Proteção as Mulheres Desamparadas, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.755. **Anote-se - Arquivo-se.**

430/99: De autoria do Deputado Miltinho Puppio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cambira - APAE de Cambira, com sede no Município de Cambira e foro no Município de Apucarana, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.756. **Anote-se - Arquivo-se.**

492/99: De autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Congregação Mariana da Imaculada Conceição, com sede e foro no Município de Piraquara, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.757. **Anote-se - Arquivo-se.**

515/99: De autoria do Deputado Nelson Justus, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Desembargador Márcio Martins Bonilha, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.758. **Anote-se - Arquivo-se.**

525/99: De autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Santa Casa de Misericórdia de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.759. **Anote-se - Arquivo-se.**

428/99: De autoria do Deputado Tiago Amorim, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Lindoeste, com sede no Município de Lindoeste e foro no Município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.760. **Anote-se - Arquivo-se.**

438/99: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação do Serviço de Assistência Social Emmanuel, com sede e foro na Cidade de Mallet, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.761. **Anote-se - Arquivo-se.**

407/99: De autoria do Deputado Péricles Holleben de Mello, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Santa Isabel - ANSI, com sede e foro na Cidade de Santa Isabel do Ivaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.762. **Anote-se - Arquivo-se.**

464/99: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Belém de Assistência Social, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.763. **Anote-se - Arquivo-se.**

463/99: De autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas "Herdeiros da Tradição" - Arapongas, com sede e

foro no Município de Arapongas, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.764. **Anote-se - Arquivo-se.**

467/99: De autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que dá nova redação ao art. 1º, da Lei nº 12.640/99, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Amigos de Londrina - AAL, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.765. **Anote-se - Arquivo-se.**

442/99: De autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento Econômico, Social e pela Cidadania - Associação COPERDOL, com sede e foro no Município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.766. **Anote-se - Arquivo-se.**

446/99: De autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Bairro Pinhal, com sede no Município de Mariluz e foro no Município de Cruzeiro do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.767. **Anote-se - Arquivo-se.**

537/99: De autoria do Deputado Plauto Miró, que declara de Utilidade Pública o Centro Presbiteriano de Proteção à Infância e à Maternidade de Ponta Grossa, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.768. **Anote-se - Arquivo-se.**

542/99: De autoria do Deputado Plauto Miró, que declara de Utilidade Pública a Associação Lar Moisés, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.769. **Anote-se - Arquivo-se.**

561/99: De autoria do Deputado Péricles Holleben de Mello, que declara de Utilidade Pública a APAT - Associação Paranaense de Amparo ao Trabalhador, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.770. **Anote-se - Arquivo-se.**

544/99: De autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Casa Lar de São José dos Pinhais, com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.771. **Anote-se - Arquivo-se.**

524/99: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Reabilitação, Habilitação e Promoção Social do Portador de Paralisia Cerebral, associada ou não à Deficiência Visual ou Auditiva, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.772. **Anote-se - Arquivo-se.**

536/99: De autoria do Deputado Plauto Miró, que declara de Utilidade Pública o Copel Clube de Ponta Grossa - COPG, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.773. **Anote-se - Arquivo-se.**

523/99: De autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a Associação Nossa Senhora Aparecida, dos Moradores de Barra dos Andrades, com sede e foro no Município de Rebouças, o

qual convertido em Lei tomou o nº 12.774. **Anote-se - Arquivo-se.**

459/99: De autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lobato, com sede no Município de Lobato e foro no Município de Colorado, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.775. **Anote-se - Arquivo-se.**

469/99: De autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a Federação dos Aposentados e Pensionistas do Paraná - FEAPPAR, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.776. **Anote-se - Arquivo-se.**

482/99: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Vale do Ivaí - AMIVALI, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.777. **Anote-se - Arquivo-se.**

529/99: De autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras dos Rotarianos de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.778. **Anote-se - Arquivo-se.**

577/99: De autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação Centro Vivencial Rural - Projeto Novo Caminhar, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.779. **Anote-se - Arquivo-se.**

512/99: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Mandaguaçu, com sede e foro no Município de Mandaguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.780. **Anote-se - Arquivo-se.**

522/99: De autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Lar do Menor Siqueirense, com sede e foro no Município de Siqueira Campos, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.781. **Anote-se - Arquivo-se.**

487/99: De autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores do Trevo Marabá e região, com sede e foro no Município de Tibagi, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.782. **Anote-se - Arquivo-se.**

488/99: De autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral - CADI, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.783. **Anote-se - Arquivo-se.**

491/99: De autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Recreativa Banda Integração - ACREBI, com sede e foro no Município de Rolândia, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.784. **Anote-se - Arquivo-se.**

493/99: De autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública o Albergue Noturno Luisa de Marillac, com sede e foro no Município de São

Mateus do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.785. **Anote-se - Arquivo-se.**

495/99: De autoria do Deputado Divanir Braz Palma, que declara de Utilidade Pública o Grupo Folclórico "Os Lusíadas", com sede e foro no Município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.786. **Anote-se - Arquivo-se.**

496/99: De autoria do Deputado Plauto Miró, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Amparo Sant'Ana, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.787. **Anote-se - Arquivo-se.**

500/99: De autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche São Paulo Apóstolo, com sede e foro no Município de Umuarama, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.788. **Anote-se - Arquivo-se.**

473/99: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Instituto Torre Forte de Recuperação dos Toxicômanos - Desafio Jovem Brasil, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.789. **Anote-se - Arquivo-se.**

474/99: De autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jussara, com sede do Município de Jussara e foro no Município de Cianorte, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.790. **Anote-se - Arquivo-se.**

475/99: De autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Agostinho Stefanello, Ensino de 1º Grau, com sede e foro no Município de Alto Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.791. **Anote-se - Arquivo-se.**

476/99: De autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Abatiá - APAE, com sede no Município de Abatiá e foro no Município de Ribeirão do Pinhal, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.792. **Anote-se - Arquivo-se.**

479/99: De autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Astorga, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.793. **Anote-se - Arquivo-se.**

480/99: De autoria do Deputado Tiago Amorim, que declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de São Miguel do Iguaçu - PROVOPAR, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.794. **Anote-se - Arquivo-se.**

481/99: De autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Casa Família Maria Porta do Céu, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.795. **Anote-se - Arquivo-se.**

472/99: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que dá nova redação ao art. 1º, da Lei nº

12.672/99, declarando de Utilidade Pública a Associação Comunitária Novo Dia, com sede e foro na Cidade de Faxinal, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.796.

Anote-se - Arquivo-se.

441/99: De autoria do Deputado Duílio Genari,, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Barra de Superagüi, com sede no Município de Guaraqueçaba e foro no Município de Antonina, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.797. **Anote-se - Arquivo-se.**

448/99: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica da Igreja Presbiteriana Renovadora da Fazendinha, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.798. **Anote-se - Arquivo-se.**

418/99: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Metodista de Ação Social - AMAS APUCARANA, com sede e foro no Município de Apucarana, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.799. **Anote-se - Arquivo-se.**

516/99: De autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que denomina de “João Jorge Saad” a Rodovia PR-323, entre o Município de Francisco Alves e Paçandu, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.800. **Anote-se - Arquivo-se.**

610/99: De autoria do Deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Município de Piraí do Sul, como Pólo Turístico Religioso - Santuário de Nossa Senhora das Brotas, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.801. **Anote-se - Arquivo-se.**

646/99: Do Poder Executivo, que dá nova redação ao Inciso III do art. 65, da Lei nº 12.580, de 14 de novembro de 1996, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.802. **Anote-se - Arquivo-se.**

304/99: De autoria do Deputado Nereu Moura, que denomina de Rodovia Ozório Alves de Oliveira, a BR-277 até a Cidade de Catanduvas, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.803. **Anote-se - Arquivo-se.**

331/99: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina Francisco Sady de Brito, o trecho da PR-340, compreendido entre o Município de Telêmaco Borba e o Município de Tibagi, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.804. **Anote-se - Arquivo-se.**

084/99: De autoria do Deputado Nereu Moura, que denomina de Prefeito Darcísio Grassi, a Rodovia PR 474 no trecho que liga a BR-277 à sede do Município de Campo Bonito, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.805. **Anote-se - Arquivo-se.**

305/99: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita “Fé, Amor e Caridade”, com sede e foro no Município de Paranavaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.806. **Anote-se - Arquivo-se.**

394/99: De autoria do Deputado Tony Garcia, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita “Humberto de Campos”, com sede e foro no Município de Bela Vista

do Paraíso, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.807. **Anote-se - Arquivo-se.**

393/99: De autoria do Deputado Neivo Beraldin, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná para o Senhor Francisco Simeão Rodrigues Neto, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.808. **Anote-se - Arquivo-se.**

268/99: De autoria do Deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Formosa do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.809. **Anote-se - Arquivo-se.**

347/99: De autoria do Deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar no Município de Colombo uma Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.810. **Anote-se - Arquivo-se.**

153/99: De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a criar no Município de Fazenda Rio Grande, uma Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - CIRETRAN, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.811. **Anote-se - Arquivo-se.**

461/99: De autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Nova Aurora, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.812. **Anote-se - Arquivo-se.**

326/99: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica, ao Município de Marialva, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.813. **Anote-se - Arquivo-se.**

530/99: De autoria do Deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Município de Paranaguá como Pólo Turístico Religioso - Santuário de Nossa Senhora do Rocio, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.814. **Anote-se - Arquivo-se.**

606/99: Do Poder Executivo, que altera dispositivos da Lei nº 11.280/95, que dispõe sobre o IPVA, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.815. **Anote-se - Arquivo-se.**

369/99: De autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que acresce artigo à Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, alterada pela Lei nº 8589, de 22 de outubro de 1987, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.816. **Anote-se - Arquivo-se.**

543/99: De autoria do Deputado Cezar Silvestri, que proíbe a circulação ou comercialização de erva-mate para chimarrão e tererê com adição de açúcar, aditivos internacionais, ingredientes e coadjuvantes de tecnologia no território do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.817. **Anote-se - Arquivo-se.**

388/99: De autoria do Deputado Anibal Khury, que denomina Centro de Educação Poty Lazarotto, o Estabelecimento de Ensino Público Estadual - Centro de Educação Aberta Continuada à Distância - Pólo Curitiba, o

qual convertido em Lei tomou o nº 12.818. **Anote-se - Arquivo-se.**

580/99: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Ventura de São Roque, com sede no Município de Boa Ventura de São Roque e foro no Município de Pitanga, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.819. **Anote-se - Arquivo-se.**

634/99: Do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a Taxa Judiciária, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.821. **Anote-se - Arquivo-se.**

412/99: De autoria do Deputado Tony Garcia, que proíbe a operação de posto de combustível pelo sistema “auto-serviço” em todo o território paranaense, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.822. **Anote-se - Arquivo-se.**

501/99: Do Poder Executivo, que aprova o Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.824. **Anote-se - Arquivo-se.**

498/99: Do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2000, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.825. **Anote-se - Arquivo-se.**

OFÍCIO Nº 005/2000/GL-PMDB

Curitiba, em 16.01.2000.

Senhor Presidente.

Em virtude da indicação dos companheiros que compõem nossa Bancada nesta Casa de Leis, venho por intermédio do presente, comunicar que assumi as funções prerrogativas de Líder da Bancada do PMDB, para o exercício de 2000, tendo como meus vice-Líderes os Deputados Edson Strapasson e Ademir Bier.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) NEREU MOURA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 028

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER:

1 - Seja desarquivado o Projeto de Lei nº 026/95, que estabelece normas de controle de resíduos de embarcações, oleodutos e instalações costeiras no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 065

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER prorrogação por

mais 10 (dez) dias de sua licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico anexo.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 001

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a realização de Sessão Solene em 06 de abril de 2000 (quinta-feira), às 15:00 horas, para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor David Tows, conforme consta na Lei Estadual nº 10.802, publicada no Diário Oficial do Estado nº 4269, de 24/05/94.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 042

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcada para o dia 30 de março do corrente ano, a Sessão Solene para entrega do Título de Cidadão Benemérito do Estado ao Doutor João Paulino Vieira Filho.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 003

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor Dalton Luiz Rivabem, falecido no dia 13 de fevereiro, no Município de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor Luiz André Michelin, falecido no último dia 09 de fevereiro, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 005

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor Sebastião Felipe, falecido no último dia 10 de janeiro no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 006

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor Ricardo Lazarini, falecido no último dia 08 de fevereiro, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 007

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor Renei Uehara, falecido no último dia 10 de janeiro no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 008

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor Francisco Martinez, falecido no último dia 04 de fevereiro, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 009

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor José Praxedes da Silva, falecido no último dia 14 de janeiro no Município de Jussara.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor Ivo Marques, falecido no último dia 25 de janeiro no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 011

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor Cassiano Moreira Dantas, falecido no último dia 13 de janeiro no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 012

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para família do Senhor Alfredo do Valle Taborda, falecido no último dia 29 de janeiro, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 015

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador Segismundo Gradowski, ocorrido dia 10.01.2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em 10 de janeiro de 2000, faleceu, nesta Capital com 102 anos de idade, o Desembargador Segismundo Gradowski que era viúvo de Dona Mercedes.

Era pai do falecido Desembargador Eros Gradowski e do Dr. Ivan Gradowski, Diretor-Secretário do Tribunal Regional Eleitoral.

O Desembargador Segismundo Gradowski deixou uma história de sucesso profissional. Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná foi nomeado Juiz Municipal em Colombo em 1925, dois anos após receber o diploma. Lecionou a disciplina de Direito Comercial na Faculdade de Direito de Curitiba e na Universidade Católica. Em 1951, foi nomeado para o cargo de Desembargador chegando a exercer a Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná, bem como do Tribunal Regional Eleitoral.

O passamento do Desembargador Segismundo Gradowski veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como de seu vasto círculo de amigos entre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Segismundo.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Segismundo Gradowski e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Desembargador Segismundo Gradowski para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu Servo Segismundo Gradowski sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Gradowski endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 016

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Álvaro Valle, Presidente Nacional do Partido Liberal, ocorrido dia 09 de janeiro de 2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Vítima de pertinaz enfermidade, faleceu o ex-Deputado Álvaro Valle com 65 anos de idade.

Álvaro Valle nasceu no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 1934. Advogado, cientista político, professor e diplomata, elegeu-se Deputado Estadual em 1962, no então Estado da Guanabara, pela UDN. Exerceu o cargo até 1964, quando foi nomeado segundo-Secretário da embaixada do Brasil em Washington. Entre 1965 e 1968, ocupou o consulado do Brasil em Gotemburgo e, em 1970, foi designado Cônsul do Brasil na Argentina.

Em 1971, foi novamente eleito para a Assembléia Legislativa da Guanabara, desta vez pela ARENA. Nesse mesmo partido, elegeu-se Deputado Federal, em 1975, e foi reeleito em 1978.

Em 1979, filiou-se ao PDS elegendo-se Deputado Federal três vezes consecutivas, entre 1979 e 1983. Em 1987, já no PL (Partido Liberal), foi Deputado Federal Constituinte em 1987-1991, elegendo-se em 1991 e em 1995.

O passamento do ex-Deputado Álvaro Valle veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu

vasto círculo de amigos e correligionários. Pois, convivemos com Álvaro Valle na Câmara Federal.

O destino privou seus familiares e amigos do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu Servo Álvaro Valle.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Álvaro Valle, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do ex-Deputado Álvaro Valle para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu Servo Álvaro Valle sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Valle, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento dos jovens Eduardo e Marcos na Cidade de Floráí.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência às famílias enlutadas.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em lamentável acidente automobilístico perderam suas vidas os jovens Eduardo e Marcos na Cidade de Floráí. O primeiro filho do Vereador Edson Ratti e o segundo, do empresário João Forini.

O falecimento dos jovens Eduardo e Marcos veio abrir enorme lacuna no seio dos familiares, dos colegas e amigos, dentre os quais nos incluímos.

O destino privou seus familiares do convívio de ambos, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua

alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seus Servos Eduardo e Marcos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daqueles que souberam conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Eduardo e Marcos, e o descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Eduardo e do Marcos para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seus Servos Eduardo e Marcos sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais cheguem à luz da ressurreição alargando os horizontes dos nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou as famílias Ratti e Forini, endereçando a elas voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 021

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Natálio Stein, ex-Prefeito Municipal de Entre Rios do Oeste, ocorrido em 20.12.99.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 033

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar à família D'Agostin, pelo falecimento do Senhor Francisco Vítório D'Agostin, ocorrido no dia 11 de fevereiro de 2.000, no Município de Colombo.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família do Senhor Gilberto Luiz D'Agostin e à Senhora Irma Rissardi D'Agostin, através de correspondência a ser encaminhada, à Rodovia da Uva, Km 7,0, nº 381, CEP: 83401-520, Município de Colombo-PR.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 055

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja enviado voto de pesar à família do Senhor Antonio Celso Bortolini, pelo seu falecimento ocorrido na data de ontem dia 15 de fevereiro de 2000.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Antonio Celso Bortolini, nasceu no Estado do Rio Grande do Sul e escolheu para residir e morar o Município de Clevelândia, neste Estado, onde foi administrador da Agropecuária Zatalini e Prefeito. Homem simples, de bom coração, trabalhador e que deixa saudades a todos aqueles de tiveram a felicidade de conhecê-lo. Deixa viúva a Senhora Inides Dalpiva Bortolini e dois filhos.

REQUERIMENTO Nº 075

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de pesar à família Lino da Silva, pelo falecimento no dia 15 de fevereiro de 2000, do Sr. Otávio Lino da Silva, deixando viúva a Sra. Rita Cosenza Lino e os filhos Luércio Lino da Silva, integrante da Procuradoria do Ministério Público Federal e Lilsomar Lino da Silva, Delegado de Carreira da Polícia Civil do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 081

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Álvaro Valle, Presidente Nacional do Partido Liberal, ocorrido em 09.01.2000.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 002

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Comunidade de Alto Lageado, no Município de Arapuã - PR, alusivos aos 50 anos de sua fundação, comemorados em 23 de janeiro último.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diácono Permanente Frederico Shmöller, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Principal, s/n, CEP

86870-000, Caixa Postal 08, Alto Lageado, no Município de Arapuã - Paraná.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de São João do Triunfo, pela passagem de seus 110 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Luciano Micharki, Prefeito Municipal; ao vice-Prefeito, Sr. Rogério Gadens Dudziak, assim como a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande alegria que toda a população de São João do Triunfo viu transcorrer mais um aniversário de sua emancipação política, no dia 15.02.2000.

Portanto, congratulamo-nos com o povo ordeiro e trabalhador de São João do Triunfo, na magna data de seus 110 anos de emancipação politicamente organizada.

Pois, é com dedicação ao trabalho e a constante busca de dias melhores que estaremos edificando uma sociedade mais justa e mais humana, sempre voltada ao bem comum.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, sente-se orgulhoso em transmitir a toda a população de São João do Triunfo, com este voto, toda admiração e respeito, pela colaboração que vem prestando ao longo desses anos para o completo desenvolvimento do município.

REQUERIMENTO Nº 019

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ivaiporã, alusivos à posse da nova diretoria para o quinquênio 2000/2005, a ser realizada no próximo dia 13 de março.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente Senhor Jair Aparecido de Oliveira, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Mato Grosso, 635, CEP 86870-000, Município de Ivaiporã - Paraná.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao Sr. Dilvo Grolli, Presidente da COOPAVEL - Cooperativa Agropecuária de Cascavel Ltda., pela realização da 12ª Edição do Show Rural, na Cidade de Cascavel.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado o respectivo homenageado, no seguinte endereço: BR-277, km 596, Vila Industrial - CEP 85815-480, Caixa Postal 500, Cooperativa Agropecuária de Cascavel Ltda., fone (45) 220-5086, Cascavel - PR.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

A COOPAVEL - Cooperativa Agropecuária de Cascavel Ltda., realizou entre os dias 07 a 11 de fevereiro deste ano, a 12ª Edição do Show Rural COOPAVEL, na Cidade de Cascavel.

O Show Rural COOPAVEL 2000 terminou com um registro de 90 mil visitantes ao longo do evento, incluindo comitivas de vários estados brasileiros, da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, superando todas as expectativas.

O Show Rural COOPAVEL é o maior evento em diversidade de apresentações em agropecuária, exclusivamente direcionado ao agricultor e pecuarista, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do setor produtivo nacional.

Várias empresas de renome estão participando desta feira, trazendo novidades tecnológicas para o setor agropecuário.

Estiveram presentes no Show Rural 2000 várias autoridades políticas e empresariais do Brasil e do exterior que ao final aprovaram a feira, salientando que ele é um dos mais importantes eventos agropecuários do Brasil, diferenciando-se pela ênfase na área tecnológica.

O Governador Jaime Lerner também esteve presente ao Show Rural e ficou entusiasmado com o evento, afirmando o seguinte: "tenho orgulho como paranaense e governador do Estado, de ver como o esforço que se fez nesta região, se consolidou numa grande mostra de tecnologia rural, exibindo aos produtores a maneira correta de se produzir mais e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente".

Desta forma, gostaríamos de homenagear o Presidente da COOPAVEL, o Sr. Dilvo Grolli, em nome de toda a sua Diretoria, das empresas e patrocinadores, que de alguma forma ajudaram na realização do Show Rural 2000, abrilhantando-o e divulgando a Cidade de Cascavel para todo o Brasil e também para outros países.

Ante ao exposto, solicito o voto favorável dos nobres Pares para realizar esta justa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 023

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais desta sessão, votos de congratulações a Diretoria eleita da Cooperativa Agrícola Mista Rondon - COPA-GRIL, cuja posse realizou-se no último dia 04 de fevereiro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente Senhor Ricardo Sílvio Chapla, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Nove de Agosto, 700, CEP 85960-000, Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 024

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais desta sessão, votos de congratulações a Escola de Educação Especial Epheta pela comemoração de seu Jubileu de Ouro, no último dia 15 de fevereiro.

Requer ainda que do presente se dê ciência à Diretora Sra. Maria Inês Favetti de Carvalho, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Bento Viana, 765, CEP 80240-110, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 026

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais desta sessão, votos de congratulações a Diretoria eleita para a gestão 2000/2001 da Associação Comercial e Industrial de Missal, cuja posse realizou-se no último dia 10 de fevereiro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente Sr. Ademar Basche, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Campo Largo, 466, CEP 85.890-000, Missal-PR.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 027

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais desta sessão, votos de congratulações e Aplausos ao Município de Missal pela passagem, no dia 1º de fevereiro, do seu 17º aniversário de emancipação política.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Exmo. Sr. Laci Deonísio Giehl, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Plínio Stuan, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo

do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa e profícua população de Missal.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, respeitosamente, REQUER que seja enviado ao Município de Cornélio Procopio, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, ocorrido no dia 15 de fevereiro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, José Antônio da Fonseca e Amin Anuche, Presidente do Legislativo, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 032

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Colombo, pela passagem de seus 110 anos de emancipação política, ocorrido no último dia 05 de fevereiro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Exma. Senhora Prefeita Municipal Izabete Cristina Pavin, ao vice-Prefeito Senhor João Dalprá, assim como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Colombo.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 037

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de voto de congratulações ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor Presidente do Jornal Gazeta do Povo, pela matéria publicada no caderno político, do dia 13 de fevereiro do corrente, com o título "Dívida do Paraná pode passar de R\$10 Bi".

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando envio de cópia do presente ao Dr. Francisco, na Praça Carlos Gomes nº 04, CEP: 80010-140 Centro Curitiba Paraná.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Péricles Mello e Luiz Carlos Zuk.

REQUERIMENTO Nº 047

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado voto de congratulações à apresentadora do Programa “Jeito da Gente”, da TV Maringá, da Rede Bandeirantes de Televisão, Sra. Cristina Calixto, pelo transcurso de dois anos de seu programa, efeméride ocorrida na data de ontem, 15.02.2000.

Trata-se de um programa eclético, dentro dos moldes da nova televisão brasileira, com entrevistas importantes para o telespectador do Paraná, de modo especial para a região abrangente da TV Maringá.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 050

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo: votos de congratulações e aplausos, ao Senhor Carlos Alberto Gnata proprietário do Restaurante Engenho da Serra, no Município de Morretes, extensivos aos seus familiares e funcionários, pelo excelente atendimento prestado a sua clientela amiga.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Carlos Alberto Gnata, juntamente com sua esposa, filhas, genros e netos, vem prestando um excelente atendimento aos seus amigos e clientes que frequentam o Restaurante Engenho da Serra, onde são servidos os pratos típicos da região, com todo o esmero, dedicação e carinho da família Gnata, há muitos anos, tornando já um tradicional ponto de encontro das famílias paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 053

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Lourival Costa e Iolanda Jacomasso Costa, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus

corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 056

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Mário Dias e Terezinha Souza Dias, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 057

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Antonio Domingos Ortega Castilho e Ivani do Carmo Gonçalves Castilho, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 058

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Osni Xavier Nogueira e Vera Lúcia Rimanski Nogueira, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 059

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Paulo de Carvalho e Neuza Aparecida de Carvalho, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 060

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Ernani Roberto Kuzma e Cleuza Mary Kuzma, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com

muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 061

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Antonio Martins Barbosa Sobrinho e Salete Marilaine Barbosa, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 062

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Getúlio Jorge e Iracilda Machado Glodzinski, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, ami-

gos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 068

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos, votos de congratulações aos idealizadores do Projeto Bom Aluno, os empresários Francisco Simeão Rodrigues Neto e Luiz Bonacin Filho, que atende 200 crianças na Região Metropolitana.

Sala das sessões, em 16.02.2000.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Bom Aluno nasceu do espírito de solidariedade dos empresários Francisco Simeão Rodrigues Neto e Luiz Bonacin Filho, com o objetivo de criar instrumentos para auxiliar alunos carentes a ter uma formação escolar que possibilite uma chance real para ingresso na universidade. Os estudantes são selecionados nas escolas públicas, quando estão na 5ª série do Ensino Fundamental. A exigência para a seleção é que os alunos sejam pobres e tenham nota acima de 7,0.

Para os estudantes que participam do Projeto Bom Aluno, são oferecidas aulas complementares, curso de língua estrangeira, apoio psicológico e pedagógico. O apoio também se estende durante o curso universitário, mesmo com aulas particulares. A Pontifícia Universidade Católica é a primeira universidade a colaborar diretamente com o projeto, fornecendo bolsas de 50%.

O sucesso do Projeto é tanto, que somente este ano, 22 alunos foram aprovados no vestibular, sendo que o primeiro lugar geral na Universidade Federal do Paraná ficou com um integrante do Bom Aluno. A experiência está dando tão certo que os empresários começam a repassar a iniciativa para outros Estados, através de uma franquia social.

São idéias como estas que merecem desta Casa de Leis incentivo e esta justa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 074

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que firma o presente requerimento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, para que sejam encaminhados à nova Diretoria da Cooperativa Agrícola Mista Rondon - Ltda.- COPAGRIL, eleita no último dia 04 de fevereiro, os votos de congratulações deste Legislativo Estadual, deixando uma gestão de grandes feitos e realizações.

Do aprovado, roga que seja dada ciência ao ilustre Presidente eleito, Senhor Ricardo Silvio Chapla, à Rua 9 de Agosto, 700 - 85960-000 - Marechal Cândido Rondon - PR.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 078

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de votos de congratulações ao jogador Mozart Santos, pela conquista do campeonato Pré-olímpico, realizado em Londrina.

Requer ainda que do presente seja dada ciência ao atleta através de correspondência a ser encaminhada à Rua Ubaldino do Amaral, 37 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Mozart, que defende o Coritiba Futebol Clube, merece o reconhecimento do trabalho árduo que teve não somente através do campeonato que ajudou a seleção pré-olímpica a conquistar, mas também através de toda comunidade, que aposta na potência esportiva que vem se tornando nosso Paraná.

Por acompanhar a excelente campanha deste atleta e por saber que a vitória foi mais que merecida, Senhor Presidente, Senhores Deputados, peço a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 077

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de votos de congratulações ao jogador Alexsandro de Souza, pela conquista do campeonato Pré-olímpico, realizado em Londrina.

Requer ainda que do presente seja dada ciência ao atleta através de correspondência a ser encaminhada à Rua Pinagé, 902 - Ap. 32, Bairro Perdizes - São Paulo - SP.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Alexsandro de Souza, o conhecido Alex, que por muito tempo defendeu o Coritiba Futebol Clube, e que hoje é capitão da seleção olímpica, merece o reconhecimento do trabalho árduo que teve não somente através do campeonato que ajudou a seleção pré-olímpica a conquistar, mas também através de toda comunidade, que aposta na potência esportiva que vem se tornando o nosso Paraná.

Por acompanhar a excelente campanha deste atleta e por saber que a vitória foi mais que merecida, Senhor Presidente, Senhores Deputados, peço a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 079

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de votos de congratulações ao jogador Carlos Adriano de Souza Vieira, pela conquista do campeonato Pré-olímpico, realizado em Londrina.

Requer ainda que do presente seja dada ciência ao atleta através de correspondência a ser encaminhada à Rua Estrada do Ganchinho, 1451, Bairro Umbará - 81930-160 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Adriano, que defende o Atlético Paranaense, merece o reconhecimento do trabalho árduo que teve não somente através do campeonato que ajudou a seleção pré-olímpica a conquistar, mas também através de toda comunidade, que aposta na potência esportiva que vem se tornando nosso Paraná.

Por acompanhar a excelente campanha deste atleta e por saber que a vitória foi mais que merecida, Senhor Presidente, Senhores Deputados, peço a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 080

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de votos de congratulações ao jogador Lucas Severino, pela conquista do campeonato Pré-olímpico, realizado em Londrina.

Requer ainda que do presente seja dada ciência ao atleta através de correspondência a ser encaminhada à Rua Estrada do Ganchinho, 1451, Bairro Umbará - 81930-160 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Lucas, que defende o Atlético Paranaense, merece o reconhecimento do trabalho árduo que teve não somente através do campeonato que ajudou a seleção pré-olímpica a conquistar, mas também através de toda comunidade, que aposta na potência esportiva que vem se tornando nosso Paraná.

Por acompanhar a excelente campanha deste atleta e por saber que a vitória foi mais que merecida, Senhor Presidente, Senhores Deputados, peço a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 025

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao Senhor Paulinho Dalmaz, Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagem - DER, solicitando informações ref-

erentes ao Termo de Cooperação Técnica nº 062/94 entre o DER e a Prefeitura de Matelândia, com a interveniência da Secretaria de Estado dos Transportes, destinados a Execução de Serviços de Revestimento Poliédrico em Vias Urbanas e Rurais, requerendo o Termo de Conclusão Total da Obra e a cópia da Liquidação do Empenho.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 030

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar à família Bitencourt, de Saudade do Iguaçu, pelo falecimento da Senhora Arlinda Bitencourt, ocorrido no dia 09 de fevereiro, próximo passado.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Arlinda Bitencourt era casada com o Senhor Pedro Bitencourt há sessenta e um anos. Mulher de fibra, dedicou-se inteiramente à família. Grande esposa, exemplar mãe e extraordinária dona-de-casa, a falecida soube em vida cativar amigos, granjear simpatia e conquistar o respeito de todos que a conheciam.

Porém existe muito mais argumentos para justificar a homenagem póstuma. A Senhora Arlinda, juntamente com seu esposo Pedro, ajudaram a desbravar o Sudoeste do Paraná. Chegaram na região muito cedo, quando ainda tudo era mata e as coisas extremamente difíceis. Com luta e determinação fincaram raízes, construíram uma enorme família e colaboraram grandemente no desenvolvimento do Sudoeste. O passamento da Dona Arlinda, como era carinhosamente conhecida, abriu uma lacuna que jamais será preenchida, não só na família Bitencourt, mas para todas as pessoas que tiveram o prazer de conviver com ela.

É justo que esta Assembléia Legislativa do Paraná preste sua última homenagem a uma pessoa simples, mas que deu um extraordinário exemplo de respeito, amizade, lealdade, força de vontade e muito carinho à todos que a cercaram.

REQUERIMENTO Nº 031

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o plenário, o envio de expediente com votos de louvor à família Pandini, de Catanduvas, pela celebração das Bodas de Ouro do casal Usílio e Pierina Pandini.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Que belo exemplo de vida! Um casal que soube superar todos os empecilhos e armadilhas da vida mun-

dana e com muito empenho e dedicação, conseguiu chegar até aqui, coroando de pleno sucesso esta longa caminhada.

Não é só a família Pandini que está de parabéns, mas toda a comunidade de Catanduvas, que tem o privilégio da convivência do casal, desde a metade da década de oitenta. Troncos de uma numerosa família, deixaram o extremo Sul do Brasil, para enfrentar a vida no Paraná. E assim que chegaram foram logo conquistando a simpatia e amizade da população.

Trata-se de um belo exemplo de vida, principalmente nos dias atuais, onde os valores se inverteram e não se dá mais ênfase aos aspectos éticos, morais de honradez e honestidade. O casal Pandini trilhou o caminho correto. Com dignidade e perseverança foram suplantados os obstáculos culminando com a celebração das Bodas de Ouro, ou seja cinquenta anos de vida conjugal.

É extremamente justo que a Assembléia Legislativa registre nos seus Anais fatos como esses e também preste sua homenagem até para que sirva de exemplos para que outras pessoas possam seguir os mesmos passos do casal Pandini. Oferecendo com isso muito orgulho e satisfação não só para seus familiares mas a todas as pessoas que fazem parte da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, solicitando audiência com os Deputados Estaduais representantes de Ponta Grossa e Região dos Campos Gerais, bem como o Prefeito Municipal, Presidente da Câmara Municipal, Vereadores e demais lideranças comunitárias da cidade e da Região.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 043

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Sydney Dittrich Zappa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando o envio de um anteprojeto de lei, visando criar a Comarca de Borrazópolis, município localizado no Vale do Ivaí.

A presente iniciativa é de extrema importância para a continuidade do desenvolvimento de Borrazópolis e dos demais municípios da região e um antigo anseio da comunidade daquela progressista região paranaense.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 051

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e ao Senhor Governador do Estado, Dr. Jaime Lerner, solicitando as melhores providências no sentido de proceder a liberação da última parcela do Programa PARANAURBANO destinado ao Município de Ponta Grossa. Faz-se notar que tais recursos são necessários para a conclusão de obras fundamentais a desenvolvimento da sociedade pontagrossense e sua população.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 052

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvir o Douto Plenário, o envio deste requerimento ao Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Lerner, com a sugestão de rescindir o contrato junto as Concessionárias que exploram o pedágio no chamado Anel de Integração que compõe as Rodovias Paranaenses, passando a responsabilidade e a gestão da cobrança de pedágios, bem como os investimentos para o Departamento de Estradas de Rodagem-DER.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 063

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, ao Doutor Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de determinar estudos para a construção de um trevo na Rodovia BR-376 com a PR-559 no Município de Presidente Castelo Branco, lado direito no sentido de Nova Esperança, bem como a colocação de redutores de velocidade no referido local.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A construção de um trevo no lado direito, sentido de Nova Esperança, bem como a colocação de redutores de velocidade no entroncamento da BR-376 com a PR-559 no Município de Presidente Castelo Branco, se faz necessário com caráter de urgência, dado o grande volume de trânsito no local com número alto de acidente que vem acontecendo nos últimos tempos no referido trevo.

A BR-376 é uma das principais rodovias do Estado do Paraná, com tráfego intenso em ambos os sentido.

A PR-559, é uma rodovia escoadoura de toda a produção da região que é baseada na atividade agrícola. As carretas ao pretenderem transpor o contorno na bifur-

cação da PR-559 com a BR-376 encontram dificuldades, com perda de tempo e muitas vezes com acidentes inesperados por falta de um trevo no sentido de Nova Esperança, para a devida proteção para transpor o referido local, sem falar em veículos de menor porte que encontram a mesma dificuldade.

A comunidade e a sociedade representativa da região estão apreensivas com tal situação que na verdade tem gerado pânico em toda a população usuária daquele trecho.

Temos certeza que, presente e atuante estará o D.E.R. determinando a concessionária para resolver com certa urgência e garantir a segurança da população trabalhadora.

Por tudo isto, entendemos justo e oportuno este requerimento, que temos certeza será atendido, pois, é a terceira vez que estamos solicitando tal serviço de extrema necessidade para toda a região.

REQUERIMENTO Nº 073

Senhor Presidente.

Usando de suas prerrogativas regimentais Deputado que subscreve o presente documento, REQUER, após a aquiescência dessa Casa Legislativa, seja encaminhado solicitação a Secretária de Estado de Segurança Pública, para que esta inclua em sua listagem de prioridades, a construção de um prédio para abrigar a Delegacia de Polícia e a Cadeia Pública de Santa Helena, pelas razões adiante expostas.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A construção de um prédio objetivando abrigar a Delegacia de Polícia e a Cadeia Pública, tornou-se para o Município de Santa Helena, uma obra prioritária, inquestionável, e de extremo valor social.

Prioritária, porque é um apelo comunitário, inquestionável, porque aos olhos de todos, é até muito fácil deduzir, que a instalação de uma Delegacia de Polícia com Cadeia Pública, na área central de qualquer cidade, por si só já é um instrumento de segurança inviável e ao mesmo tempo inconveniente e de extremo valor social porque a população ordeira não deseja a convivência próxima com marginais e com os que levam perigo à sociedade e as famílias bem constituídas, neste caso, os presos e detentos.

O drama da população de Santa Helena é exatamente este, o de ter dentro do perímetro urbano, na área central da cidade, as instalações desse órgão de segurança, que tanto se faz necessário, mas dado sua inadequada localização, deixa de cumprir sua finalidade, que é o de levar a tranqüilidade, o bem-estar e a própria segurança aos habitantes ao alcance de sua jurisdição.

Para a comunidade, portanto, a atual Delegacia já cumpriu essa função social, por isso pede seu deslocamento ou sua transferência para outra área de menor densidade populacional e que diste, principalmente de estabelecimentos Educativos, de hospitais de equipamen-

tos Comunitários e Similares o quanto mais possível para o bem-estar de toda coletividade. Hoje, ao contrário do que deveria ser nas adjacências daquele estabelecimento, é onde se registra e se concentra a circulação do maior volume de pessoas, porque aí estão concentradas escolas com vários cursos, um grande Hospital, alguns equipamentos comunitários, importantes comércios, que fazem convergir esse fluxo.

Nesse sentido é que vem exatamente o clamor das lideranças, endossado pelas autoridades Judiciárias do Município de que as ações da polícia, a convivência próxima com os presos, não interfiram mais no direito de ir e vir, com total liberdade a partir da transferência de nosso pleito.

A segurança é um elemento básico para a felicidade de um povo, valor que inexiste em Santa Helena em razão, apenas, da inadequada localização da Delegacia.

Face ao exposto, espero a solidariedade dessa Casa, na aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 076

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente em caráter de urgência, ao Excelentíssimo Senhor Dr. Waldeck Ornelas, Ministro da Previdência Social, no sentido de estudar a possibilidade de rever sua posição estampada nos jornais de hoje, sobre o salário mínimo condicionado a cobrança previdenciária dos servidores públicos inativos.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Os grande jornais de hoje, estamparam fotografias do Excelentíssimo Senhor Dr. Waldeck Ornelas, Ministro da Previdência Social, com declarações sobre o aumento de salário mínimo, estar condicionado a cobrança previdenciária dos Servidores Públicos Inativos.

Desejamos ponderar que na verdade é na idade mais avançada que o cidadão pode usufruir dos benefícios de uma sociedade com o mínimo de qualidade de vida digna, seja em viagens, em lazer e similares. Também é nesse período que crescem as despesas pessoais com produtos de saúde, aparelhos corretores de visão, surdez, dentição, etc. - Qual o aposentado que contribui a vida toda para a Previdência Social, que não tem vontade de ter uma roupinha variada ou comer alguma coisa melhor?

O Santo Padre, o Papa João Paulo II conclamou o mundo a abrir os braços para os "excluídos do banquete diário".

O Papa lembrou uma frase do livro bíblico de Isaías: "O Senhor preparará um banquete para todos os povos".

"Nossos pensamentos vão para aqueles que não compartilham dos benefícios materiais trazidos para o progresso", afirmou.

“Há situações de miséria persistente que devem atingir a consciência dos cristãos, lembrando-os de que têm o dever de se voltarem a essas situações como indivíduos e enquanto comunidade”, disse o Pontífice.

Tomando como referência o universo geral dos servidores inativos, verificamos que se travou durante longos anos a luta pela anulação da contribuição obrigatória dos aposentados da Previdência Social. Essa medida é configuradora de um verdadeiro retrocesso social.

Entendemos que a técnica atuarial contemporânea ensina que um sistema previdenciário pode operar em equilíbrio desde que perfeitamente ajustadas as responsabilidades contributivas dos seus componentes. No caso, o trabalhador da ativa e o estado, os quais devem arcar com as contribuições necessárias ao funcionamento do sistema.

Existe uma quantidade de servidores aposentados, alguns idosos que estão no fundo da cama, sem ao menos poder participar de uma simples refeição e sem dinheiro para adquirir medicamentos.

Temos certeza que o Senhor Ministro Ornelas, irá rever sua decisão com bastante carinho que o assunto merece.

REQUERIMENTO Nº 036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, e legais, respeitosamente REQUER:

1 - Sejam prestadas pela COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, as seguintes informações:

a) Quais os Municípios que receberam investimentos do PROSAM - Programa de Saneamento Ambiental da RMC;

b) Qual o valor dos recursos destinado a cada Município, como e onde foram aplicados;

c) Qual o valor de recursos gastos em projetos, pelo PROSAM.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 048

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo assinado, como Presidente da Comissão Especial de Investigações sobre o Narcotráfico, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, vem REQUERER a emissão de ofício solicitando informações ao Excelentíssimo Secretário Estadual da Segurança Pública, Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, nos moldes do art. 135 do Regimento Interno dessa Casa Legislativa. Para que, este Secretário, envie documento constando o número de Policiais Civis contratados, explicitando seus cargos, sua lotação e demais informações funcionais, com ênfase ao modo de ingresso na Corporação, ou seja, se foi contratado mediante concurso público, ou por contratos comissionados.

O presente Requerimento de informações justifica-se pela necessidade de a Comissão Especial de Investigação sobre o Narcotráfico ter a exata dimensão do efetivo policial, além das características e o perfil desse quadro de policiais.

O quadro funcional da Administração Pública deve também ser pública, para o adequado controle da sociedade, e assim do Poder Legislativo, fato este que não põe impedimentos ao presente requerimento.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 049

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo assinado, como Presidente da Comissão Especial de Investigações sobre o Narcotráfico, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, vem REQUERER a emissão de ofício solicitando informações ao Excelentíssimo Secretário Estadual de Desenvolvimento Urbano, Senhor Ludomir Antonio Ficinski Dunin, nos moldes do art. 135 do Regimento Interno dessa Casa Legislativa, para que esclareça a existência, ou não, de qualquer remessa de dinheiro para fora do País. Caso exista este envio de divisas, que o Excelentíssimo Secretário explicita a razão, a forma do envio, qual a origem dessas divisas, quem é o responsável por esse envio, e qual será o destino desses valores.

O presente Requerimento de informações justifica-se pelo fato de a PARANACIDADE gerir recursos públicos e assim sendo cabe ao Legislativo fiscalizar a aplicação e a administração dos mesmos.

É uma das atribuições Constitucionais ser o Legislativo o Poder responsável pela fiscalização da utilização de qualquer Recurso Financeiro pelos demais Poderes constituídos. Assim sendo o presente Requerimento solicita as informações, já descritas, pugnando pela transparência, e pela publicidade dos atos do Poder Executivo, Princípios Constitucionais a que estão submetidos a Administração Pública.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 054

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado Fax ao Senhor Governador do Estado, Jaime Lerner, e ao Secretário de Estado da Fazenda, solicitando informações sobre a sustação dos incentivos fiscais do Programa Paraná Mais Empregos para a Zona de Processamento Aduaneiro (ZPA) de Maringá, que foi objeto do Decreto nº 3.708, de 31.10.97, revogado pelo Decreto nº 1.735, de 24.01.2000, com os seguintes teores:

1 - Qual o motivo da revogação do Decreto nº 3.708, de 31.10.97, que beneficiava os Municípios de Maringá, Sarandi e Paçandu?

2 - Nos demais municípios do Paraná, quais os incentivos fiscais que os beneficiam?

3 - Qual a solução que o Estado do Paraná tem para compensar os prejuízos causados à Zona de Processamento Aduaneiro (ZPA) de Maringá?

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) RICARDO MAIA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 001/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Fundo Estadual de Defesa Civil - FUNDEC, destinado a assegurar à execução das atividades de atendimento imediato às populações atingidas por eventos adversos, quando o Estado de Calamidade Pública ou situação de Emergência for oficialmente reconhecido pelo Governo Estadual.

Art. 2º - Constituem recursos financeiros do Fundo Estadual de Defesa Civil - FUNDEC:

I - dotações orçamentárias consignada anualmente no Orçamento Geral do Estado e os créditos adicionais que lhes forem atribuídos;

II - auxílios, subvenções, contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, destinadas a assistir às populações atingidas por calamidades;

III - remuneração decorrente de aplicações no mercado financeiro;

IV - outros recursos eventuais.

Art. 3º - Os recursos financeiros a que se refere o artigo anterior serão depositados em conta especial no Banco do Estado do Paraná - BANESTADO.

Parágrafo Único - A rede de bancos oficiais e privados poderá ser utilizada para recebimento de auxílios e donativos, os quais serão transferidos até o fim de cada mês à conta especial.

Art. 4º - Incumbirá a uma Junta Deliberativa, composta por representantes das Secretarias de Estado da Justiça, do Planejamento, da Administração, do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, da Casa Civil, da Casa Militar, da Procuradoria do Ministério Público do Estado e da Assembléia Legislativa, fiscalizar a aplicação dos recursos e aprovar a proposta anual do Fundo Estadual de Defesa Civil - FUNDEC.

Parágrafo Único - Caberá ao chefe do Poder Executivo designar a Presidência a um dos representantes referidos neste artigo.

Art. 5º - No caso de aplicação urgente, de recursos financeiros para o atendimento a uma emergência, poderá o Coordenador Estadual de Defesa Civil autorizar despesas de até 100 (cem) vezes o valor do piso nacional de salário vigente no país, "ad referendum" da Junta Deliberativa, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

Art. 6º - O Fundo Estadual de Defesa Civil - FUNDEC terá caráter rotativo, sendo que o ressarcimento dos recursos utilizados será feito através da abertura de crédito, por imediata solicitação da Secretaria de Estado do Governo.

Art. 7º - O chefe do Poder regulamentará esta lei, disciplinando o mecanismo e condições de utilização do Fundo Estadual de Defesa Civil - FUNDEC.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

A medida ora proposta visa dar uma pronta resposta do Governo do Estado às reais necessidades dos municípios atingidos por fatores determinantes do Estado de Calamidade Pública ou de Situação de Emergência, garantindo, assim, as condições mínimas de bem-estar às populações.

Consciente da Justiça deste projeto, encareço a Vossas Excelências que lhes dêem guarida quando de sua tramitação nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 002/2000

Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação (RE) Fazenda, do Município de Londrina, com sede e foro na Cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Fundação (Re) Fazenda, constituída em 26.09.97, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo elaborar e executar programas e projetos de pesquisas e atividades com a finalidade de dar assistência e atendimento integral a meninos e meninas das classes populares, principalmente os de rua, usuários de drogas e autores de atos infracionais, em um processo participativo e libertador que os faça agentes de sua própria promoção.

Como bem esclarece o relatório de atividades anexo ao presente, as ações desenvolvidas pela Fundação, estão voltadas a soluções dos problemas que as drogas representam ao cotidiano da comunidade e, além dos recursos arrecadados com promoções junto à comunidade local, há que se ressaltar que necessita de repasses de valores da parte de órgãos públicos municipais, estaduais e federais e, para poder se habilitar junto aos mesmos, precisa da Lei de Utilidade Pública.

Portanto, por entender como justo e para atender ao que acima expus, conto com a aprovação da presente lei.

PROJETO DE LEI Nº 003/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três Barras do Paraná, com sede no município de Três Barras do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

A APAE de Três Barras do Paraná é uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional, sem fins lucrativos, tendo entre suas finalidades a promoção de medidas de âmbito municipal que visam assegurar o ajustamento e o bem estar dos excepcionais. A sua fundação ocorreu em 1º de dezembro de 1997, e conforme se depreende da documentação apensa, preenche todos os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78, de 10.01.78, que regulamenta a matéria, merecendo portanto, com a aprovação dos nobres Pares desta Casa, ser declarada de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 004/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a criar o Programa de Incentivo da Agricultura Paranaense, através da distribuição subsidiada de semente selecionada de milho.

Art. 2º - Serão beneficiados com o subsídio mencionado no artigo anterior, os agricultores radicados no território paranaense, obedecendo-se a seguinte escala:

A - arrendatários, pequenos e micro-proprietários rurais com 70% (setenta por cento) do valor comercial da semente de milho selecionada;

B - médios proprietários rurais com 30% (trinta por cento) do mesmo valor.

Parágrafo Único - Consideram-se a título de classificação, micro, pequenas e médias propriedades aquelas estabelecidas na Lei 9917.

Art. 3º - Fica autorizado o Poder Executivo a estabelecer todas as normas necessárias para a implantação do Programa criado por esta Lei, inclusive aquelas relativas à criação de dotações orçamentárias específicas para tal finalidade.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei pretende, com sua aprovação, conceder incentivo importante para o fomento da atividade agrícola do Estado do Paraná. Ocorre que os preços praticados pelo comércio em geral para a venda da semente selecionada de milho estão praticamente inviabilizando nossa agricultura, especialmente aquela praticada pelo arrendatário, pequeno e micro-proprietário rural de nosso Estado, que não tem disponibilidade financeira para a aquisição da mesma.

Após a efetivação do Plano Econômico atual a nível nacional, os preços dos produtos agrícolas foram estabilizados, o que não ocorreu com os preços da semente selecionada de milho. Com isso, muitos pequenos produtores viram-se obrigados a utilizar-se de semente não selecionada, o que além de produzir rendimento próprio, faz com que a produção estadual obtenha índices muito aquém daquele que poderia atingir, o que traz prejuízo a todo um contexto.

Com a aprovação da presente lei, o acesso a semente de melhor qualidade será facilitado, fator que determinará benefício final todo o contexto social e econômico paranaense.

Nosso Estado necessita melhorar sua produtividade, para cada vez mais firmar-se no meio nacional como o Celeiro do Brasil.

PROJETO DE LEI Nº 005/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a criar o Núcleo Regional da Secretaria da Criança e Assuntos da Família com sede na Cidade de Dois Vizinhos.

Art. 2º - Além do Município sede, ficam jurisicionados ao Núcleo de Dois Vizinhos os Municípios de Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Salto do Lontra, Verê e São Jorge D'Oeste.

Art. 3º - O Poder Executivo Estadual fica da mesma forma autorizado por esta lei a estabelecer todas as normas necessárias para a criação do Núcleo, inclusive à criação de dotações orçamentárias específicas para tal finalidade.

Art. 4º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

PROJETO DE LEI Nº 006/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a criar o Núcleo Regional da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho com sede na cidade de Dois Vizinhos.

Art. 2º - Além do Município sede, ficam jurisdicionados ao Núcleo de Dois Vizinhos os Municípios de Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Salto do Lontra, Verê e São Jorge D'Oeste.

Art. 3º - O Poder Executivo Estadual fica da mesma forma autorizado por esta lei a estabelecer todas as normas necessárias para a criação do Núcleo, inclusive à criação de dotações orçamentárias específicas para tal finalidade.

Art. 4º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

PROJETO DE LEI Nº 007/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o *caput* do § 4º do art. 22, da Lei nº 12.726, de 29 de novembro de 1999, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22 -...

“§ 4º - Os valores arrecadados com a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos e inscritos como receita do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR), serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que forem gerados, respeitando seu per-

centual mínimo de 80% (oitenta por cento) da receita do Fundo, que deve ser aplicado no plano da respectiva bacia, utilizados para:”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de lei, visando alterar o § 4º, do artigo 22, da Lei de Recursos Hídricos, tem como finalidade viabilizar a melhor destinação dos valores arrecadados pelo Fundo de Recursos Hídricos, beneficiando as próprias bacias hidrográficas donde foi arrecadado o recurso e objetivando, também, a preservação e conservação das águas da bacia.

Neste sentido, solicitamos o apoio dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, para a aprovação do referido projeto de lei que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 008/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Leônidas Correia - Ensino de 1º Grau, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Leônidas Correia - Ensino de 1º Grau, entidade filantrópica e sem fins lucrativos, tem a finalidade de integrar-se a família dos educandos da instituição, aprimorando o nível sócio-cultural da unidade escolar e promovendo o bem estar dos educandos.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 009/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Pré-Escolar Padre João Chiarot, com sede e foro no Município de Cambará.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A entidade, a qual se pretende declarar de utilidade pública, tem prestado relevantes serviços à comunidade que abrange, principalmente no tocante à prática da caridade cristã através da assistência social.

Portanto, é meritório ser declarada de utilidade pública, para que possa fruir das prerrogativas decorrentes e aperfeiçoar, cada vez mais, suas atribuições sociais em benefício de um conjunto significativo de cidadãos.

Sendo assim, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, à aprovação do referido projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 010/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, no Calendário de Eventos do Estado do Paraná, o Dia do Cigano, a ser comemorado todo dia 23 de setembro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Os primeiros ciganos chegaram no Brasil, em 1547, oriundos de Portugal. Foi nesta época que começaram a fazer parte do processo de civilização nacional.

O Brasil é um país característico por sua miscigenação entre os povos. Aqui habitam negros, índios, os quais tem como ideal a valorização do "SER", sendo irrelevante o que eles possuem e o que podem fornecer materialmente. Crêem, eles, a importância de poder contribuir para a cultura brasileira, através de sua história, pensamento semelhante aos dos ciganos.

Com a chegada do ano 2000, aniversário de quinhentos anos do Brasil, sugerimos que a nação brasileira mostre que o Brasil é a terra de todos os povos, instituindo o dia 23 de setembro como o "Dia do Cigano Brasileiro".

Esta data será uma homenagem ao cigano Cláudio Domingos Iovanovitch Junior, falecido recentemente.

PROJETO DE LEI Nº 011/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado, no Município de Matinhos, a CIRETRAN - Circunscrição Regional de Trânsito.

Art. 2º - A CIRETRAN de Matinhos, terá área de abrangência compreendida pelos Municípios de Ponta do Paraná e Guaratuba.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O Município de Matinhos, com aproximadamente 18.000 (dezoito mil habitantes), precisam se deslocarem para o Município mais próximo para que possam utilizar dos serviços do DETRAN.

Lembramos, que a Regional mais próxima fica 30 km do Município de Matinhos, em Paranaguá, que por atender a região litorânea, muitas vezes demora o atendimento dos usuários, devido a demanda ser muito grande, extrapolando sua capacidade, e ainda causa o problema do deslocamento de nossos habitantes, até o Município de Paranaguá, Guaratuba conta com aproximadamente 25.000 (vinte e cinco mil habitantes) e o Pontal do Paraná de 10.000 (dez mil habitantes) aproximadamente, sendo todos estes usuários beneficiários com a descentralização de Paranaguá.

Ainda, muitos Municípios menores possuem CIRETRAN, que é benefício à população, pois melhora a eficiência da realização dos trabalhos de competência daquele Órgão, devendo portanto, o presente projeto de lei, ser aprovado por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 012/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná, vinculado a Secretaria Especial da Política Habitacional.

Art. 2º - O objetivo do Programa de Habitação Rural é financiar a construção, reforma e ou ampliação de moradias rurais de agricultores familiares.

Art. 3º - O valor do financiamento a ser concedido é de até R\$8.000,00 (oito mil reais).

Art. 4º - Serão beneficiários deste financiamento os agricultores familiares que atendam aos seguintes requisitos:

I - utilizar o trabalho, direto seu e de sua família, sem a contratação de empregados permanentes, sendo permitida a ajuda de terceiros quando a natureza sazonal da atividade agrícola exigir;

II - não deter, a qualquer título, área de terra superior a 03 módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;

III - ter no mínimo 80% da renda familiar proveniente da exploração agropecuária, pesqueira ou extrativa;

IV - residir na propriedade a pelo menos 1 (um) ano;

V - possuir declaração de aptidão fornecida pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais do respectivo município do beneficiário.

Art. 5º - A concessão do financiamento obedecerá os seguintes parâmetros:

I - carência de até 1 (um) ano e meio;

II - prazo de amortização de, no máximo, 10 (dez) anos;

III - prazo de 180 dias, após a liberação do recurso, para a conclusão da reforma, construção ou ampliação da moradia rural.

Parágrafo Único - A amortização será feita pelo valor nominal contratado, observando o prazo de carência prevista no inciso I deste artigo, sendo o mesmo sob a forma de equivalência produto da atividade principal do beneficiário, podendo ser o vencimento em parcelas anuais ou semestrais, conforme opção do agricultor.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, a qualquer tempo, no Orçamento Anual do Estado, os créditos adicionais necessários para atender as despesas decorrentes desta lei.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Ângelo Vanhoni e Pércles Mello.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei que institui o Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná, é de grande alcance social, pois irá contribuir e auxiliar na reforma, construção ou ampliação de moradias rurais de pequenos agricultores.

O objetivo é melhorar a qualidade de vida do homem do campo, assegurando melhores condições de moradia para os agricultores familiares paranaenses. Com isto, o agricultor será valorizado e motivado a permanecer trabalhando na terra.

Outro fator importante, é a oportunidade para os filhos de agricultores, que estejam planejando se casar, de viabilizar a construção de sua casa na propriedade rural da família. Dessa forma, ele poderá continuar a residir e a trabalhar próximo aos seus entes queridos, sem desagregar o núcleo familiar e sem prejudicar a produção agrícola ou agropecuária executada por ele em conjunto com seus familiares.

Isto posto, solicito o apoio e a aprovação dos excelentes deputados ao projeto de lei em questão.

PROJETO DE LEI Nº 013/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Conselho Estadual de Agricultura Orgânica do Estado do Paraná - CEAO, órgão normativo, deliberativo e regulador da política agrícola estadual para a agricultura orgânica, integrante da estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB.

Art. 2º - Compete ao Conselho Estadual de Agricultura Orgânica do Estado do Paraná:

I - definir as políticas e formular as diretrizes de programas e projetos a nível estadual, destinados ao desenvolvimento da agricultura orgânica;

II - acompanhar o processo de definição das diretrizes e normas para a produção orgânica no Paraná, a serem estabelecidas através do Ministério da Agricultura e Abastecimento;

III - promover estudos, pesquisas e publicações de temas relativos à produção, à industrialização e à comercialização de produtos orgânicos;

IV - realizar e/ou apoiar a realização de seminários e outros eventos objetivando a divulgação, fortalecimento e desenvolvimento da agricultura orgânica;

V - cooperar e realizar convênios com órgãos federais, estaduais, municipais e com instituições da sociedade civil organizada na consecução de meios para o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura orgânica;

VI - fomentar intercâmbios com outras organizações congêneres nacionais e internacionais, e contribuir com iniciativas pertinentes à área da produção de alimentos orgânicos;

VII - manter atualizar a documentação e a legislação pertinente à área da agricultura orgânica;

VIII - instituir comissões ou grupos de trabalhos;

IX - elaborar o seu regimento interno.

Art. 3º - O Conselho Estadual de Agricultura Orgânica do Estado do Paraná será composto por 12 (doze) membros titulares e igual número de suplentes, representantes de Instituições Governamentais e Instituições da Sociedade Civil Organizada, em igual proporção, mantendo uma paridade harmônica para orientar a tomada de decisões.

§ 1º - A coordenação do processo para escolha dos membros das Instituições Governamentais será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, em conjunto, com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

§ 2º - As Prefeituras Municipais, que atuam com programas próprios em agricultura orgânica, terão um representante efetivo e um suplente no CEAO, escolhidos através de sistemática própria das mesmas;

§ 3º - Para escolha dos membros das Instituições da Sociedade Civil organizada, o poder executivo, através da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, promoverá no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta lei, uma conferência sobre Agricultura

Orgânica, na qual as entidades da sociedade civil ligadas ao tema, escolherão seus representantes, incluindo suplentes, e os indicarão ao Poder Executivo dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da realização da conferência.

§ 4º - A escolha dos membros das Instituições da Sociedade Civil Organizada obedecerá sistemática própria dessas instituições;

§ 5º - A Presidência e a vice-Presidência do CEAO será eleita entre seus pares.

§ 6º - O Presidente do CEAO será substituído em suas faltas e impedimentos pelo vice-Presidente, e na ausência simultânea de ambos presidirá o Conselho o seu conselheiro com maior idade.

Art. 4º - Os membros do CEAO terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução uma única vez.

Art. 5º - A função de conselheiro do CEAO não será remunerada, sendo considerada como de relevante serviços prestados ao Estado.

Art. 6º - O CEAO contará com apoio material, técnico, operacional e financeiro da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, para suas atividades, bem como, para as ações em agricultura orgânica no Estado.

Art. 7º - As despesas decorrentes da instalação do CEAO, correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoioamento:

Nereu Moura, Pércles Mello, Waldyr Pugliesi, Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk, Orlando Pessuti, Ângelo Vanhoni, Ademir Bier e Augustinho Zucchi.

JUSTIFICATIVA:

O Brasil ocupa hoje, o 7º lugar como país fornecedor de matéria-prima orgânica para o Mercado Comum Europeu. Os principais países consumidores a nível mundial e os principais países produtores do 3º mundo são:

Principais Países Produtores 3º Mundo	Produtos	Principais Países Consumidores no Mundo
México	Café e frutas tropicais	Europa: Alemanha; Holanda; Suíça; França e Inglaterra
Argentina	Cereais e carnes	Estados Unidos
Chile	Frutas secas	Japão

Principais Países Produtores 3º Mundo	Produtos	Principais Países Consumidores no Mundo
Colômbia e Peru	Açúcar e café	
República Dominicana	Frutas, cacau, café e banana	
Costa Rica	Frutas	
Brasil	Café, açúcar, óleos, cacau	
Egito	Ervas medicinais e algodão	
Turquia	Uvas, damasco e sultanas	
Índia	Chá e especiarias (pimenta e algodão)	
Austrália	Algodão e cereais	

Dados mais recentes, apontam que o mercado de produtos orgânicos, a nível internacional movimenta algo em torno de US\$20 bilhões por ano. É motivado por este fato, que o Ministério da Agricultura, em suas recentes medidas de apoio às exportações agrícolas nacionais, mencionou a intenção de criar um programa de incentivo à produção orgânica em nosso país. O crescimento da agricultura orgânica nos mercados nacional e internacional ocorre pela grande suscetibilidade deste sistema de produção proposto, pois garante um alto nível de conservação ambiental do ecossistema em que se assenta a agropecuária (solos, água e florestas), além de garantir a saúde tanto dos agricultores na produção, como dos consumidores urbanos, que têm à sua disposição um produto de alto nível de qualidade para o consumo humano.

Este projeto de lei se justifica na importância que a agricultura orgânica já adquiriu em nosso Estado e na manutenção do papel de “vanguarda” que o Paraná já possui na concretização de experiências em produção orgânica. Estas ações de “vanguarda” se deram pelos esforços empreendidos pelas organizações representativas dos agricultores familiares e das organizações não governamentais de apoio à estes (reunidas hoje, no Fórum Paranaense de Entidades de Agricultura Orgânica) e também pelas ações de instituições públicas estaduais como a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento e a EMATER, culminando com a criação, de forma informal, de um Conselho Estadual para debater a agricultura orgânica no Paraná.

Assim, este projeto de lei propõe o reconhecimento legal da importância da agricultura orgânica por esta Assembléia Legislativa Estadual e a aprovação de instrumentos legais que permitam à sociedade e ao Estado paranaenses promoverem ações que permitam o avanço de uma agricultura sustentável e socialmente justa.

Agricultura Orgânica no Brasil e no Paraná - Em agosto de 1994, as principais entidades que trabalham com agricultura orgânica no Brasil, receberam

comunicado do Ministério da Agricultura, informando que o Governo Federal estava sendo pressionado, especialmente pela Comunidade Econômica Européia, para a necessidade de estabelecer normas nacionais para todo o processo de produção e comercialização de produtos orgânicos no país. Esta pressão internacional foi resultado da rodada do GATT que resultou na criação, em 1995, da Organização Mundial do Comércio (OMC) e afetava, principalmente, os interesses dos grupos de produtores brasileiros que são exportadores de produtos orgânicos. Este processo resultou na nova regulamentação nacional sobre a produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal. O conjunto das novas normas foram recentemente publicadas, dia 17 de maio de 1999, através da Instrução Normativa nº 7, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

As linhas de ação, no Estado, em relação à produção orgânica estão contidas no Projeto Paraná de Agricultura Orgânica, que está previsto para o período compreendido entre os anos de 1999 a 2003, com uma previsão de aplicação de recursos na ordem de 47 milhões e 589 mil reais (R\$47.589.000,00). Os dados da EMATER, de 1999 revelam, que no Paraná, existem hoje, cerca de 1.200 produtores orgânicos, para uma produção de 26.640 toneladas. Atualmente, em nosso Estado, existe produção orgânica dos seguintes produtos: café, trigo, hortaliças, soja, frutas, açúcar mascavo, feijão, erva-mate, plantas medicinais e milho. A EMATER/PR está se estruturando para realizar o trabalho em produção orgânica em cerca de 50 municípios do Estado. Estes municípios são selecionados devido a já possuírem iniciativas e potencial para a produção orgânica. Vão ser 51 técnicos atuando a campo, aproximadamente 5% do efetivo total da Instituição, que hoje são 950 técnicos.

No Paraná, existe uma relativa especialização regional na produção orgânica:

regiões metropolitana de Curitiba e Centro Sul - hortaliças e grãos (iniciando feijão e milho) e avicultura de corte;

região norte pioneiro - café e açúcar mascavo;

região sudoeste - soja, trigo e açúcar mascavo.

Sem dúvida, a produção orgânica deixa de ser uma atividade restrita à poucos grupos com orientação ecológica, disputando somente os chamados "nichos de mercado". Ela começa a ser uma alternativa concreta e crescente para a inclusão dos agricultores familiares nos mercados locais, estaduais, regionais e também no mercado internacional. Isto posto, solicito o apoio dos Deputados Estaduais para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 014/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Produtores Rurais da Comunidade São Paulo, com sede na Comunidade São Paulo, no Município de Nova Aurora e Comarca de Formosa do Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição é apresentada para oferecer a supracitada Associação o benefício do instituto da Utilidade Pública, em função de seus altos propósitos de atender e servir à classe dos produtores rurais a ela filiados.

Considerando o elevado propósito da referida entidade social, conclamo aos nobres Pares, a pronta aprovação dessa proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 015/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Pedro do Iguaçu, com sede no Município de São Pedro do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição é apresentada para oferecer a supracitada Associação o benefício do instituto da Utilidade Pública, em função de seus altos propósitos de dar atendimento e defender os direitos dos portadores de deficiência, visando o bem-estar junto aos familiares e a sociedade.

Considerando o elevado propósito da referida entidade social, conclamo aos nobres Pares, a pronta aprovação dessa proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 016/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Recuperação dos Alcoólatras de Guaíra - PR, com sede no Município de Guaíra, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição é apresentada para oferecer a supracitada Associação o benefício do instituto da Utilidade Pública, em função de seus altos propósitos de organizar e manter um departamento assistencial, proporcionando aos associados, readaptação junto aos familiares e a sociedade.

Considerando o elevado propósito da referida entidade social, conclamo aos nobres Pares, a pronta aprovação dessa proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 017/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado no Município de Céu Azul, neste Estado, a CIRETRAN - Circunscrição Regional de Serviços do DETRAN.

Parágrafo Único - A CIRETRAN de Céu Azul terá como área de abrangência, além da sede do órgão, o Município de Vera Cruz do Oeste, bem como as unidades municipais que o DETRAN/PR, julgar conveniente jurisdicionar a essa circunscrição regional, para melhor prestação de atendimento ao usuário.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O crescimento sócio-econômico que vem registrando-se nos últimos anos na região de Céu Azul, fixando-se como pólo microrregional, provocou um aumento expressivo na frota local de veículos automotores.

Dessa situação decorre uma maior carga de serviços para as Circunscrições Regionais do DETRAN que atendem a região, o que gera comprometimento do fluxo normal do serviço público oferecido, implicando na deformação da qualidade de atendimento e transtorno ao usuário.

Com o propósito de propiciar ao cidadão, um serviço de trânsito facilitado e qualitativo, é que encaminho a presente proposição de lei, como medida reivindicatória da comunidade precitada.

Em face da relevância e da necessidade desse benefício para população da região já referida, é que rogo a anuência dos Senhores Parlamentares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 018/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a criar o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento com sede na cidade de Dois Vizinhos.

Art. 2º - Além do Município sede, ficam jurisdicionados ao Núcleo de dois Vizinhos, os municípios de Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Salto do Lontra, Verê e São Jorge D'Oeste.

Art. 3º - O Poder Executivo Estadual fica da mesma forma autorizado por esta lei a estabelecer todas as normas necessárias para a criação do Núcleo, inclusive à criação de dotações orçamentárias específicas para tal finalidade.

Art. 4º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2000.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei, conjuntamente com os projetos de autoria deste Parlamentar que autorizam o Executivo a criar os Núcleos Regionais das Secretarias do Emprego e Relações do Trabalho e da Criança e Assuntos da Família, faz parte de um projeto global desenvolvido para solidificar a cidade de dois Vizinhos como um novo pólo de desenvolvimento sócio-econômico na Região Sudoeste do Estado do Paraná.

A microrregião de Dois Vizinhos, há muito merece uma atenção maior por parte de nossos governantes, e acreditamos que a criação desses Núcleos trará inúmeros benefícios para os Municípios, pois além de facilitar o acesso em virtude de encurtar as distâncias, ampliará a estrutura de atendimento.

Outro fator importante e que justifica a necessidade de criação dos Núcleos, é o fato de que a Região Sudoeste é formada por 42 (quarenta e dois) Municípios e conta com apenas duas sedes regionais da estrutura funcional do Governo do Estado, uma em Pato Branco e outra em Francisco Beltrão.

Com essas novas estruturas, as facilidades de atendimento serão ampliadas sobremaneira, e será um novo surto de otimismo para o desenvolvimento regional como um todo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Comparecemos à tribuna na tarde de hoje, e tendo o privilégio de ser o primeiro dos oradores, para agradecer a todos os meus companheiros da Bancada do PMDB, desta e da legislatura anterior, que confiaram a nós a liderança do Partido, por três anos consecutivos.

Mas, como já havíamos anunciado em dezembro do ano passado, tínhamos já como decisão de caráter pessoal e uma decisão também amadurecida em conversação com outros companheiros que no dia 31 de janeiro deste ano encerraríamos o nosso período como líder da bancada do PMDB, e que, naquele instante, ao encerrar o período, aguardávamos a chegada do nosso novo líder para que ele pudesse então imprimir um ritmo mais acelerado, mais dinâmico até do que aquele que vínhamos imprimindo ao longo desse três anos.

Fico satisfeito de poder ter, ao longo de três anos, desempenhado essas atividades. Quero agradecer em especial aos Deputados Ademir Bier e ao Waldyr Pugliesi que neste ano de 99 atuaram na condição de vice-líderes da nossa bancada, nos ajudando, colaborando com o nosso trabalho, e agradecer, enfim, a todos os Deputados Estaduais da Assembléia pelo apoio e pela distinção que sempre colocaram a respeito do nosso trabalho aqui na Assembléia.

Quero também de forma oficial, já que estou comunicando a nossa saída da liderança do PMDB, comunicar que a Liderança do PMDB está sob a responsabilidade do Deputado Nereu Moura, desde o dia 1 de fevereiro deste ano. E tenho a certeza que o Deputado Nereu Moura, pela sua experiência, pela sua tradição neste Parlamento ao longo desses três mandatos como Deputado Estadual fará muito melhor do que fizemos até então, na condução da Liderança do PMDB.

Espero, confio e tenho certeza que o mesmo tratamento e a mesma distinção que a nós era destinada será endereçada ao Deputado Nereu Moura, que certamente engrandecerá a nossa Bancada do PMDB e engrandecerá este Parlamento no seu trabalho.

Quero também, Senhor Presidente, mesmo que rapidamente aproveitar dessa nossa presença na tribuna, - eu até ia elaborar um requerimento, mas ainda não tenho todas as informações a respeito e também pela fato de quando a gente faz os requerimentos de Pedido de Informações, sempre o Deputado Valdir Rossoni nos pede que aguardemos ainda um ou dois dias para obtermos as informações. Então, quero deixar aqui 3 indagações ao nobre líder Valdir Rossoni, para que ele possa nos responder amanhã, eu até prefiro que seja na semana que vem, porque amanhã junto, com o Deputado Nelson Justus estaremos em Santa Catarina numa reunião do PARLASUL e numa reunião da UNALE, na segunda-feira também por designação do Deputado Nelson Justus estaremos em Brasília para discutirmos a questão da Responsabilidade Fiscal, a questão da Reforma Tributária em outra reunião que vai acontecer em Brasília. Mas, caso as informações sejam possíveis até amanhã, solicito que as mesmas sejam repassadas ao nosso Líder, Deputado

Nereu Moura, que certamente está por demais qualificado para nos representar e acolher essas informações.

A pergunta que fazemos é a seguinte: Se é verdade, e se for verdade, por que se contratou a Universidade de Brasília para realizar o teste seletivo da PARANAEDUCAÇÃO? Isso nos foi passado em conversa, evidentemente de corredores, e alguns até já começam a fazer aquela pergunta: Será que é porque a Secretária Alcyone Saliba é oriunda da Universidade de Brasília, assim decidiu em contratar a Universidade de Brasília através do PARANAEDUCAÇÃO para realizar o teste seletivo? Outra pergunta: É verdade que está se assinando um convênio com o Conselho Britânico, com os ingleses para que possam através desse Conselho Britânico fazer treinamento de professores de inglês? Quando é sabido que temos nas Universidades Estaduais, na Universidade Federal e nas universidades particulares do Paraná, um corpo docente dos mais qualificados para ministrar ensinamentos na área de inglês? Se é verdade que outro convênio foi assinado com a Universidade de Harvard, com um grupo de pessoas de Harvard para também prestar essas informações? Três perguntas, então. E a última. É verdade que uma empresa do Estado de São Paulo é que vai administrar, vai gerenciar os ensinamentos, os treinamentos em Faxinal do Céu?

Deixo essas quatro perguntas para que o Deputado Rossoni possa manter os contatos e se tiver as respostas até amanhã, não estando aqui, o Deputado Nereu Moura está encarregado de acolher as respostas.

Era isso, Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores.

Pela primeira vez que testemunhamos na tarde de ontem, veio a este Plenário, Sua Excelência o Governador, dando, através do seu pronunciamento, as metas administrativas para esse ano 2000 e fazendo um relato do que ocorreu no ano de 1999. Nós que somos do interior do Estado, que pertencemos a uma cidade como Ponta Grossa e que vivemos no dia-a-dia a realidade do povo do interior do Paraná, queremos neste instante, Senhor Presidente, Senhores Deputados, através de um requerimento à Mesa Executiva nesta tarde, dar um testemunho de que, quem fala não age como fala, e estamos entrando com um requerimento, pedindo que Sua Excelência o Governador do Estado, se tem alguma divergência com o Prefeito de Ponta Grossa, ele não poderá ter com o Povo de Ponta Grossa e com a comunidade pontagrossense. Se Sua Excelência, através do Senhor Secretário da Casa Civil, telefona ao Prefeito de Ponta Grossa e diz que o Governo está aberto ao diálogo e não marca em data alguma, audiência solicitada pelas lideranças da cidade. Também estou entrando com esse

requerimento. O primeiro, pedindo que aquelas palavras ditas por ele - que não há discriminação, que não há perseguição que, principalmente não há retaliação, ele demonstre, liberando a última etapa do PARANAURBANO, etapa esta que o Banco Internacional já através dos projetos específicos apresentados pela equipe técnica da nossa cidade, pela capacidade de endividamento. Este empréstimo será absolvido nos anos futuros da vida da minha cidade.

Não é o dinheiro do Estado, muito menos do Tesouro Estadual, ainda mais, de anuência nenhuma do Governador, que é mero repassador pelas mãos do Banco do Estado do Paraná.

O segundo requerimento faz valer as palavras e atos que o Governador não pratica. Estou solicitando a Sua Excelência Governador do Estado do Paraná uma audiência onde os três representantes de Ponta Grossa Deputados Plauto Miró Guimarães, Péricles Mello e este que vos fala, o Prefeito da Cidade, o Presidente da Câmara, os Vereadores, todos os segmentos de clubes de serviço, o Lions, o Rotary, a Associação Comercial e toda a comunidade pontagrossense esteja presente para ver o ato, nesta audiência. Queremos também somar com o Presidente desta Casa que em boa hora, além de encampar aquela idéia da liberação da última etapa do PARANAURBANO, tem dado, não só à minha Cidade de Ponta Grossa e nem à nossa Região dos Campos Gerais, mas a todo o Estado do Paraná, a sua posição que demonstra nos atos que pratica, as palavras que profere.

Queremos, nesta tarde, pedir ao Líder do Governo, que demonstre através dos seus liderados, que Ponta Grossa merece, que a Região dos Campos Gerais também merece, pelo menos ouvir de viva voz do Governador do Estado a perseguição que é feita a uma comunidade que não tem culpa se o Prefeito e o Governador têm divergências. O Estado e a cidade fazem parte da mesma família.

Queremos, ao final, mais uma vez, Senhor Presidente, em nome da cidade e da região, agradecer a Vossa Excelência a intercessão para que realmente se torne uma realidade a liberação da última parcela do PARANAURBANO à comunidade pontagrossense.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente quero saudar a todos desejando que neste ano tenhamos uma ação profícua, uma ação em benefício do povo do Paraná por parte desta Casa de Leis.

Acho que o grande acontecimento deste período de recesso, particularmente no início do ano, foi que a sociedade paranaense começou a se preocupar de forma mais intensa, mais profunda, com a questão do pedágio em nossas rodovias.

Ano passado, no mês de junho, quando o Governo anunciou o aumento de 100% do pedágio, nos manifestamos de maneira forte aqui nesta Casa, junto com outros deputados.

Apresentamos dados concretos a respeito dos custos das obras e dos preços das tarifas. Fizemos uma análise, enfim, sobre a questão do pedágio.

Naquele momento a sociedade paranaense não estava tão interessada, tão organizada para debater e se opor a este aumento absurdo.

Acredito que este ano, com a ação das transportadoras, que promoveram uma série de reuniões e realizaram um fórum nesta sexta-feira, e com a ação de um jornal em particular, além dos outros que também abrem um espaço, mais particularmente a Folha do Paraná através de um dos seus diretores, o ex-Senador José Eduardo Vieira, que encampou uma tese que já havíamos defendido de criar um fórum dos usuários, essa questão passou a ganhar uma discussão mais intensa, o povo se organiza com mais intensidade, para fazer frente ao aumento da tarifa.

Pois bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nesse momento temos em nossas mãos o relatório técnico feito por um engenheiro de Ponta Grossa, um engenheiro de mais alta respeitabilidade profissional, professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Joel Júnior, que com base nos dados que lhe passamos através da bancada do nosso Partido e dos Partidos de Oposição nesta Casa de Leis, fez uma análise minuciosa dos investimentos a serem realizados pela concessionária do lote 5. Por quê do lote 5. Porque nós só tivemos acesso completo aos documentos do lote 5, e entendemos que aquilo que é válido para o lote 5 pode ser propagado para os demais lotes, na medida em que houver homogeneidade do tratamento do anel de integração, por parte do Governo do Estado.

Esse engenheiro apresentou um relatório assinado, portanto é um relatório técnico, onde o profissional coloca a sua carteira profissional, o seu nome em jogo.

O relatório é transparente, quem não concordar pode questioná-lo e vamos para o debate.

E esse relatório prova claramente aquilo que alertávamos, e nós precisamos nos aprofundar em detalhes, e para isso é necessário uma CPI.

Mas a compreensão, a radiografia da questão pedágio eu acho que já tivemos e podemos mostrar ao Paraná o que de fato aconteceu.

Quero, nesse breve espaço de tempo que tenho nesta tribuna, fazer esse relato.

Primeiro ponto. Quem definiu a tarifa do pedágio foi o Governo e isso é muito importante que se compreenda. A população não compreendeu bem isso ainda. Quem definiu aquela tarifa inicial lá do início do contrato foi o Governo do Estado e foi ele também que definiu o plano de obras a serem realizadas pela concessionária vencedora, da licitação, e do organograma. E a partir daí nós temos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, um

raciocínio primário, como é que o Governo chegou a definir um valor de tarifa? É simples, se foi ele próprio que elencou as obras, o volume de obras a ser realizado em cada rodovia, e a restauração que deveria ser realizada, se foi ele próprio que organizou o organograma das obras, é evidente que o Governo, com os técnicos do DER que possui de longa tradição na história do Estado do Paraná, eles fazem um cálculo do custo dessas obras, colocam esses custos ao longo do tempo segundo o organograma o Governo, e tem um custo geral que as concessionárias seriam obrigadas a gastar para arrumar as rodovias e fazer as duplicações necessárias e as obras adicionais.

Pois bem, com base neste custo levantado pelo Governo e com base na estimativa de receita que também o Governo tem, essa estimativa é obtida através de uma pesquisa com relação ao fluxo de veículos das rodovias, ele monta uma equação matemática onde a incógnita é a tarifa, $0 \times$ da equação é a tarifa. Você tem de um lado a despesa do sistema que o Governo montou porque ele estabeleceu as obras, você que tem outro lado o fluxo de veículos, o resultado dessa equação é o valor da tarifa.

Isso é uma tarifa rodoviária em estradas.

Pois bem, aí começa a aparecer o primeiro elemento estranho, o Governo fez esses estudos ou melhor, acho que ele fez junto com a concessionária, que ele sabia que seria previamente ganhadora, mas escondeu e não colocou no contrato. Quando perguntamos ao governo do Paraná, como é que o governo calculou a tarifa, ele não sabe responder e não tem como responder isso, porque numa análise séria, esse estudo a que me referi teria que aparecer. Ele não aparece. Ele vai aparecer depois, feito pela própria concessionária ganhadora da licitação. E o que é mais grave, esse estudo da concessionária, chamada proposta comercial, faz parte integrante do contrato na cláusula 5ª, onde diz, Sr. Presidente, Srs. Deputados: “as divergências acerca da aplicação de cláusulas contratuais, que não puderam ser sanadas por recursos às regras gerais de interpretação, resolver-se-ão com os seguintes critérios: item a) as normas das leis. “É evidente, isso é uma coisa óbvia, se há um problema de conflito num contrato entre o governo e uma empreiteira, o que vai valer são as normas das leis em primeiro lugar. Em segundo lugar: “As cláusulas deste contrato. “É mais óbvio ainda. Em terceiro lugar: “As normas de procedimento.” - que é mais óbvio ainda. Em quarto lugar e é aí que interessa: “proposta comercial será atendida em quarto lugar. “ou seja, Sr. Presidente, Srs. Deputados, qualquer conflito que exista daqui por diante, desde o início da assinatura do contrato, entre o governo e a concessionária, o que vai decidir esse conflito é a proposta comercial que deveria ser apresentada pelo governo de forma limpa e transparente, mas não foi, porque não fez e que foi apresentada pela própria concessionária. É assim que o judiciário vai julgar qualquer conflito - está aqui no contrato -, o juiz julga pelo contrato que as duas partes assinarem em comum acordo.

Pois bem, aí está a essência do problema. Tivemos acesso e aqui quero fazer um reparo - tive acesso aos dados desde o ano passado, do pedágio. Não é verdade que eles esconderam o contrato. Foi recebido, inclusive, pelo técnico do DER. Houve um mal entendido com a minha assessoria. Tenho desde o ano passado o contrato e os estudos técnicos de uma parte da coisa. No mais não tenho, se houvesse transparência do governo, a CPI estaria instalada. mas esse reparo eu quero fazer. Aí está a questão essencial, Sr. Presidente. Essa proposta comercial passou a ser objeto da análise do técnico que nós contratamos e aí os absurdos aparecem. Conseguimos desvendar o mistério: o rei finalmente está mudo. Esta proposta comercial está super-faturada da seguinte maneira: uma praça de pedágio, a concessionária do lote 5 diz que gastou, para fazer cada praça de pedágio a bagatela de quatro milhões de reais, ou seja, sete praças, 28 milhões de reais. Isso está nos documentos oficiais com timbre do DER da licitação.

A Rodonorte publicou o balanço do ano de 98, do Jornal da Manhã, em Ponta Grossa, onde ela foi boazinha, ao invés de gastar 28 milhões de reais nas sete praças, gastou apenas 27 milhões e cem mil - isso é apenas um item. Pórtico sobre a rodovia, que tem uma placa que diz: “Pedágio a 01 Km. “A Rodonorte diz que gastou em cada pórtico, que são muitos, 26 mil e cem reais. Temos o cálculo do engenheiro assinado, o orçamento do pórtico, custa cinco mil e duzentos reais, para ser colocado prontinho na rodovia com a empresa. Na proposta comercial, 26 mil e duzentos reais.

Poderíamos elevar uma série de dados estarrecedores como esses, mas em resumo aconteceu o seguinte. No item-trabalhos iniciais, a Rodonorte diz que gastou só nos itens que pudemos comparar, não vou me referir aqui àqueles itens comparáveis ela diz que gastou 53,7 milhões e na verdade gastou apenas 19,116 milhões. Repito, ela coloca na proposta comercial que gastou 53,7 milhões e gastou apenas 19,116 milhões. Se somarmos aos itens não comparáveis ela diz que gastou 74 mas gastou, no máximo 37 milhões de reais, aceitando que aquilo que não podemos comparar está certo, que ela está correta, que ela gastou no máximo 17 e diz que gastou 34 milhões de reais. Trabalhos iniciais, laudo assinado pelo engenheiro civil, José Laroca Júnior.

E depois tem o item: - Trabalhos ao longo da concessão, que são os investimentos. Os técnicos dividiram este item em dois sub-itens. Então, trabalho ao longo da concessão, dividiram em restauração das rodovias principais, que é este trabalho permanente, que ela começa a fazer logo depois que começa a cobrar o pedágio e que permanece ao longo dos 24 anos, que é a restauração; outro sub-item são as obras de melhoria e ampliação de capacidade de tráfego, ou seja, a duplicação de rodovias, os contornos das cidades e assim por diante.

No item restauração das rodovias principais, prestem atenção, Srs. Deputados, que é muito importante, na proposta comercial da Rodonorte ela diz que gasta 119

milhões, 668 mil reais, na análise dos técnicos ela vai gastar, no máximo, 59 milhões, 548 mil reais, portanto uma super estimativa de preços de 101%.

No outro item, ampliação da capacidade a Rodonorte diz que vai gastar 599 milhões, 892 mil reais, ela vai gastar no máximo 412 milhões uma super estimativa de 45%.

É bom esclarecer, de passagem, que os preços dos engenheiros, nesse preço é o preço do DER, o termo de comparação que os engenheiros usaram para comparar o preço da concessionária e para ver o valor real é o preço da tabela de custo do DER, para o mesmo mês e ano de cálculo que é janeiro de 97. Esta é a comparação que nós fizemos, não fomos buscar os números em revistas, é tabela do DER! Então pelo DER o preço é metade do quanto se gastou! E mais, na tabela do DER, base de comparação, esse preço já contém uma bonificação de despesas indiretas, que é o lucro de 39,9%. Portanto todos os números a que se referem os engenheiros estão embutidos nesses números uma bonificação de despesas indiretas de 39,9% que é a tabela do DER.

Agora nós nos perguntamos, por que será que há uma diferença de superestimativa? Por que nos trabalhos iniciais é 180%, depois na restauração das rodovias é 101% e nas obras de melhoria cai para 45%? Aí há uma hipótese que nós levantamos, os trabalhos iniciais “é aquele serviço que ela faz antes de cobrar a tarifa, e a restauração é um serviço permanente que ela tem que fazer, que ela está fazendo agora. Então ela preferiu superfaturar mais estes itens porque a ampliação da capacidade ela vai fazer mais tarde. Por exemplo, a rodovia Ponta Grossa-Apucarana, ela tem 7 anos para duplicar. Então a empresa vai gastar dinheiro na ampliação da capacidade de tráfego mais tarde, ao passo que a restauração ela começa desde o início, já fez uma restauração anterior e permanece os 24 anos.

Então, provavelmente, a hipótese que nós levantamos e estamos trabalhando, eles superfaturaram mais este item porque quando for para fazer a duplicação tem bastante dinheiro em caixa já, através das tarifas. Existem alguns outros dados, se pegarmos as tabelas dos preços dos salários dos diretores da Rodonorte e compararmos com os salários do DER, que muita gente diz que o funcionário público é o grande problema da Nação, nós temos alguns dados aqui, o Presidente do consórcio, o total mensal de salário mais encargos e 22 mil e oitocentos e trinta e um reais. O Diretor administrativo financeiro, 17 mil 468 reais. Diretor de obras, 17 mil 400 reais. Assessor de contrato, 11 mil, 117 reais. Gerente de divisão técnica, 11 mil 117 reais. Essa é a grande farsa montada pelo Governo.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, se foi o Governo que definiu a tarifa, foi ele que aceitou de forma irresponsável, para não dizer outra coisa. Que a concessionária embutisse no contrato uma proposta comercial superfaturada em 100%. Este Governo sabia que, se diminuísse o valor da tarifa imediatamente, perderia a

seguir na justiça. Ele diminuiu unilateral o valor da tarifa, diminuiu, porque primeiro sabia do superfaturamento. Teve força perante as concessionárias para diminuir e fez o acordo: “diminuo, ganho a eleição, vocês entram na justiça e é evidente que vocês vão ganhar, porque o contrato que assinei com vocês dá razão a vocês em todas as hipóteses e em todos os artigos”. E foi o que aconteceu. O Governo baixou a tarifa, as empresas entraram na justiça e já ganharam, porque a tarifa não aumentou, mas elas estão desobrigadas de realizar obras. Portanto, já estão ganhando muito dinheiro. E agora fica essa “briguinha do faz-de-conta” entre o Governo e as concessionárias que alimentam nossos jornais dia-a-dia. E a idéia geral é a seguinte: quando sair o aumento o Governo passa por vítima. “Povo do Paraná, fiz o que podia, tentei diminuir a tarifa, mas a justiça deu causa para as concessionárias e fui obrigado a aumentar tarifa”.

Outro detalhe que é importante, conversei com um promotor e ele ficou estarecido. A questão da licitação. Um governo responsável para licitar um contrato nessa natureza por vinte e quatro anos, tem que exigir um capital social mínimo das empreiteiras. Isso é justo, porque se um consórcio desse não faz o que deve fazer, o governo toma dele alguma coisa. Qual seria o normal? Que num consórcio de cinco empresas somassem os seus capitais para atingir o capital mínimo. Isso é o normal. Só que no Paraná foi diferente. O capital mínimo no Paraná era calculado pela média ponderada do capital das empresas participantes do consórcio. Se o capital mínimo é de 200 milhões de reais, se dez empresas se consorciassem e cada uma tivesse 180 milhões de capital, como não somavam faziam a média o capital dela era inferior ao 200 e não podiam participar.

Do outro lado, se apenas uma empresa monopolizasse um consórcio e tivesse de capital 201 milhões ela poderia participar. Isso é estarecedor. Isso foi feito porquê? Para beneficiar as grandes empreiteiras nacionais, tipo C.R. Almeida, Andrade Gutierrez que tem um elevado capital e para calar a boca das pequenas e médias deram um percentual pequeno de participação no consórcio.

O Governo do Paraná é responsável criminalmente por assinar esse contrato.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente e Srs. Deputados, funcionários da Casa.

Quem hoje acorre a este parlamento, para acompanhar o primeiro dia dos trabalhos efetivo desta Legislação, aos nossos companheiros Deputados. Primeiro desejar um bom retorno em 2000, que passamos dentro de um ambiente de qualidade, de respeito, sem nunca

abrir mão das nossas convicções, desempenhar um bom trabalho nesta Casa e, que sobretudo ele sirva aos propósitos do mandato que o povo aqui nos remeteu.

É com esse sentimento, é com essa disposição que iniciamos mais uma vez um ano legislativo, que tenho certeza que, pelo trabalho desempenhado pela Mesa Executiva pela Mesa Diretora e pelos demais departamentos desta Casa, continuará na reformulação, na reavaliação e, por que não dizer, no melhoramento da imagem do Legislativo Estadual, ao qual todos nós pertencemos e ao qual todos temos a obrigação de trabalhar para que a sua qualidade seja um porta-fólio do nosso mandato.

Senhores Deputados, o Deputado Péricles que nos antecedeu, tornou-se nessa Casa um especialista em pedágio, até por que a sua formação curricular é de engenheiro e por ter se dedicado com mais presteza à análise das questões do pedágio e da forma de pedágio do nosso Estado.

Todos os Deputados de oposição, da situação tiveram a oportunidade de manifestar-se no decorrer dos anos de 97, 98 e 99, com certeza não será diferente neste ano que se inicia.

Mas, antes de nós, até por que faltou algumas atitudes nesta Casa, a sociedade já está fazendo. A sociedade está buscando ocupar o espaço, que era de discussão, que era de questionamento, que era de levantamento das questões legais do contrato de pedágio, das nossas estradas. Para corroborar a nossa afirmação, na última sexta-feira, dia 11, na cidade de Londrina, sob o auspício e o apoio da “Folha de Londrina”, “Folha Paraná”, da AVIPAR e do Hotel Sumatra, foi realizado o “I Fórum dos Usuários das Estradas do Paraná”. Lá acorreram 62 entidades do Paraná, buscando dar o encaminhamento que o Governo surda os reclamos da sociedade, os questionamentos das entidades organizadas, não tomou o tempo devido.

Esta Casa, por uma questão, inclusive, de rolo compressor, sem discutir os fundamentos do que traz esta Casa, não permitiu que se abrisse por exemplo uma CPI, para analisar com mais profundidade, com clareza. Por que o primeiro a errar foi o próprio Executivo, que sem discutir, sem levar para a sociedade, sem ouvir a sociedade, que seria aquela que iria arcar com o custo do pedágio, implantou o sistema.

Lá estiveram, além desse Deputado que vos fala o Deputado Divanir Braz Palmas, o Deputado Hermes Fonseca e o Deputado Federal Alex Cansiani. Aqueles que lá estiveram puderam bem perceber o sentimento que ronda a sociedade a respeito do comportamento e a respeito não só do comportamento, mas sobretudo da omissão sem discutir com profundidade esta questão. Nas palavras do Presidente daquele “Encontro Estadual de Usuários das Rodovias Paranaenses”, ele disse que o Governo foi insensível e os Deputados abandonaram a sociedade porque não discutiram e não fizeram valer seus direitos e prerrogativas, na defesa do cidadão e da economia do nosso Estado. Mais ainda, na segunda-feira, o Presidente da Associação

Paranaense de Usuários de Rodovias, que também foi criada naquele evento, subscrita por mais de 70 entidades que lá estavam, afirmou que os Deputados não usaram da prerrogativa que têm na defesa da sociedade.

Ora, é um bom momento para que possamos fazer uma avaliação até desta questão e fazer uma discussão dentro da Assembléia, antes que percamos o espaço constitucional que nos é reservado.

No dia 18 vai ser realizado aqui em Curitiba um outro encontro e com certeza, far-se-ão presentes todas as entidades e mais uma vez esta Casa será colocada no banco dos réus, pela postura que tomou diante do pedágio e diante de muitas outras atitudes que aqui foram deliberadas no rolo compressor.

Espero que neste ano - Casa nova, pintada, mais clara - também tenhamos a clareza e a clarividência diante deste Plenário, para que saibamos analisar com mais retidão, todas as votações que fizermos, porque realmente estamos com este apoio. O Governo precisa de maioria. Não se admite e não se consegue, quem tem responsabilidade de governar, sem maioria. Não tem problema ter a maioria e a Oposição tem que fazer o seu papel, mas não podemos ter uma maioria silenciosa que não discute e não abre a questão para que tenhamos o efeito da análise.

Estarei encaminhando, além de todos os requerimentos, cópias dos pedidos meus e de alguns companheiros e mais dois processos que este Deputado fez, e está recorrendo à justiça em relação ao pedágio, ao Senhor Doutor Paulo Muniz, Presidente da Associação, porque diz que a Assembléia não fez nada. Estarei encaminhando amanhã todos os processos, cópias dos requerimentos, porque não podemos simplesmente ouvir que a Assembléia não fez nada. Se tem uma maioria que permite a aprovação, não pode dizer que a Assembléia não tem comportamento adverso.

Senhor Presidente, agradeço a Vossa Excelência pela tolerância do horário e obrigado aos senhores pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra a Senhora Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Faço uso da palavra no início de mais um período de trabalho legislativo, para registrar a apresentação de dois projetos de lei que estou protocolando neste dia. O primeiro, que autoriza a criação do Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná, que irá viabilizar a reforma, construção e ampliação de moradias de pequenos agricultores. O objetivo desse projeto é melhorar a qualidade de vida do homem do campo, assegurando melhores condições de moradia para os pequenos agricultores familiares do nosso Paraná. Com isso, com toda a

certeza, o agricultor se sentirá mais valorizado e motivado a permanecer trabalhando na terra.

O segundo projeto cria o Conselho Estadual da Agricultura Orgânica do Estado do Paraná, órgão normativo, deliberativo e regulador da política agrícola estadual para a agricultura orgânica, vinculada à Secretaria da Agricultura. Este projeto se justifica na importância que a agricultura orgânica já adquiriu em nosso Estado, e na manutenção do papel de vanguarda que o Paraná já possui na concretização de experiência em produção orgânica. Essas ações de vanguarda se deve pelos esforços do pólo paranaense de entidades de agricultura orgânica, e também pelas ações da Secretaria da Agricultura e da EMATER, culminando com a criação de uma forma informal do Conselho Estadual para debater a agricultura orgânica do Paraná.

Assim, este projeto propõe o reconhecimento legal da importância da agricultura orgânica por esta Assembleia Legislativa e aprovação de instrumentos legais que permitam a sociedade e ao Estado paranaense promoverem ações que permitam o avanço de uma agricultura sustentável e socialmente justa.

Por fim, gostaria de registrar que amanhã participei da última sessão como Deputada Estadual nesta Casa de Leis em substituição ao Deputado Irineu Colombo.

É com grande alegria que comunico que o Deputado Colombo já está praticamente recuperado do problema de saúde que o obrigou a licenciar-se desta Casa e estará assumindo novamente seus trabalhos na próxima segunda-feira.

Fazendo um breve balanço do período que estive nesta Casa, acredito que o saldo foi bastante positivo.

Foi com muita honra e satisfação que participei do 2º Seminário de Mulheres no Exercício de Funções Públicas, representando oficialmente a Assembleia Legislativa a pedido do Presidente Deputado Nelson Justus.

Apresentei também três projetos de lei, os quais, gostaria de pedir desde já o voto favorável de todos os Deputados a esses projetos que ficarão nesta Casa para serem apreciados, serem votados.

Apresentei também diversas emendas, as quais tive a satisfação de vê-las todas aprovadas, com toda a certeza o nosso Paraná, principalmente a Região Sudoeste ganha muito com isso.

Defendi desta tribuna, os direitos da mulher e melhores condições de trabalho e de vida para os agricultores familiares do Paraná. Aprendi com muitos dos debates que aqui aconteceram, entre os Deputados de Oposição e os Deputados que apóiam o Governo, aprendi muito, e sem dúvida foi um bom combate, e tenho certeza que a democracia foi a grande vencedora.

Para concluir, quero agradecer a todos com quem convivi durante este período, aos funcionários da Casa, aos jornalistas, aos assessores, e um destaque aqui para

minha equipe de gabinete, a qual não mediu esforços e acompanhou cada passo deste mandato que levarei até o dia de amanhã.

De uma maneira especial quero agradecer a grande atenção dispensada pelo Presidente Deputado Nelson Justus, pelo 1º Secretário Hermas Brandão, bem como pelos demais Deputados da Mesa Executiva. Não poderia deixar de agradecer aqui ao Líder do meu Partido, ao Deputado Péricles Mello, e aos demais colegas de Bancada e da Oposição, pelas orientações e pelo companheirismo demonstrado durante a minha passagem por esta Casa.

Antes de encerrar, gostaria de dedicar este período do meu mandato e também fazer uma justa homenagem à memória da Prefeita Dorcelina Follador, do Município de Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul, que foi barbaramente assassinada no dia 30 de outubro de 1999, por combater o crime organizado, o narcotráfico e a corrupção na política. Dorcelina era esposa, era mãe; era portadora de deficiência física, sem-terra, uma pessoa que soube sempre enfrentar com dignidade e coragem todos os desafios impostos pela vida.

Que o exemplo de Dorcelina, a sua perseverança, a sua ética na política fortaleça o nosso compromisso na construção de uma sociedade mais justa, mais humana e mais equilibrada socialmente.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor Presidente, nobres companheiros desta Casa.

Ao usar esta tribuna, primeiramente, o faço para saudar todos os companheiros para esse novo período legislativo, muito especialmente o meu companheiro de Partido, o Deputado Divanir Braz Palma, grande companheiro, advogado e empresário do Norte do Paraná. Também quero aproveitar este momento para saudar um grande amigo que está presente nesta Casa é o Presidente da Câmara Municipal de Cascavel, nobre companheiro Mizael Pereira, que tem tido uma atuação brilhante e quero pedir ao Senhor Presidente permissão para saudar este companheiro aqui desta tribuna, em nome de todos os companheiros do parlamento.

Uma das razões que em trazem aqui, Senhor Presidente, é fazer uma denúncia, quando nada um pedido de informações a quem possa nos dar. E colocaria sob a minha fala a pergunta: A quem interessa o que está acontecendo no momento com relação à energia elétrica?

Sabemos que as nossas companhias de energia, no caso do Paraná a COPEL gera 127 watts para todos os lares. E eu já há muito tempo venho percebendo, há mais de 25 anos, que no bairro onde eu resido, a energia é de 127 watts, mas não se encontravam nas prateleiras, agora

parece que vemos em placas grandes algumas prateleiras com lâmpadas de 127 watts, mas a grande parte das lâmpadas durante todo esse tempo, Senhor Presidente, eram 110 e no máximo 120. Não é preciso ser um expert em engenharia eletrônica para saber que essas lâmpadas terão um tempo de vida útil bem inferior ou pequeno demais em função dessas diferenças de energias.

A quem está interessando essa demora na regulamentação, Senhor Presidente, nobres companheiros e imprensa aqui presente, essa demora em se acertar essa questão? Gostaria de fazer essa denúncia e pedir aos companheiros desta Casa, abro mão que o projeto seja meu ou o pedido, mas que parta da Presidência desta Casa ao Governo Federal ou ao Parlamento, ao Congresso Nacional a demora da razão dessa mudança, porque milhões de pessoas estão sendo prejudicadas diariamente.

Esses dias fiz uma análise do número de lâmpadas que já se queimaram entre o meu escritório e a minha casa. Na minha casa com 63 lâmpadas, porque usamos daquelas lâmpadas pequenas, de valor inferior, mas tem mais de 45 queimadas num espaço de apenas 4 meses. E vemos no Brasil entrando um número exagerado de lâmpadas vindas de Taiwan, China, sei lá de onde, nem com 120, mas sim com 110. Ora, essas lâmpadas não vão durar em cada residência no máximo um mês, quando muito, se deixar o tempo todo ligadas não dará 15 dias.

Então, por que ninguém toma uma providência nessa situação? A quem interessa isso?

Fica aqui o meu pedido ao Presidente desta Casa, para que todos nós Parlamentares pudéssemos encaminhar a quem de direito, ao Governo Federal, ao Ministério das Minas e Energia, uma regulamentação mais rápida para que haja, ou se faça lâmpadas só 127, ou se entre num acordo: gerar energia em apenas 110, porque senão o prejudicado sempre será o povo, a população.

Peço, neste momento, ao usar este parlamento, que as providências sejam imediatas. Se vai ser regulamentado, que seja com mais rapidez porque há mais de vinte anos a população vem sendo lesada e ninguém regula a situação. Isto deve estar interessando a alguém.

A outra razão que me traz aqui, para que se tire qualquer dúvida que sejamos quadrados ou ignorantes.

(Utiliza o Horário do PST)

Aproximando-se o período do carnaval, estamos ouvindo notícias de blocos de carnaval saindo nus. Parece-me que em Cascavel e outras cidades no Paraná.

Sei que a nossa mídia está infestada de cenas de nudez. A erotização na mídia brasileira é algo que nos surpreende porque países considerados muito mais livres que o nosso não permitem cenas como as que estão sendo veiculadas nos horários assistidos por crianças. Algumas crianças são até incentivadas pelas mães a usar trajes sumários como os de Carla Peres ou Sheilas.

Pediria, nesta hora, a cada companheiro, cada Parlamentar, porque toda esta liberdade depende de um Parlamento como o nosso, que possamos analisar e discutir a

validade de excesso de liberdade, pela banalização que estamos tomando, o caminho que o Brasil está tomando em função desta situação.

Não sou uma pessoa quadrada, não sou uma pessoa assexuada para saber o quanto a cena de nudez pode provocar a erotização na pessoa. Não estou olhando por este aspecto. Alguém pode dizer que Deus fez o homem nú, mas se todos comessem a andar nu eu pergunto: Não banalizaria ainda mais a beleza da surpresa? Sexo é uma das coisas mais belas que Deus deixou e se não fosse o desejo sexual não haveria a preservação da espécie porque o homem não se interessaria pela mulher e vice-versa. Quer dizer, é algo belo.

Porém, a maneira como está sendo colocada a erotização está banalizando de tal maneira que não significa impor aqui uma censura, mas, significa analisarmos a situação como um todo porque podemos gerar monstros como estamos vendo a cada dia surgirem pessoas com problemas que não tem o devido equilíbrio para entender a situação e cabe a nós, os Parlamentares, verificar se esta situação é boa ou não.

Fica aqui o meu pensamento: acho que devemos colocar uma comissão de estudos para que ela possa analisar esta questão e não venham dizer que queremos impor uma censura mas ver o que é melhor para a nossa sociedade e para aqueles que não têm a formação ainda definida. Penso na dificuldade que vivem nossas crianças que ainda não têm o preparo para encarar esta situação com maturidade.

Para preservar a nossa juventude e aqueles que ainda não estão preparados para enfrentar esta situação, poderíamos ajudá-los fazendo uma análise do que é melhor para a nossa sociedade e este parlamento tem a condição e o fórum para discutir a questão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Beraldin.

O SR. BERALDIN

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero antes de mais nada desejar a todos as boas vindas, que todos possamos recomençar os trabalhos com idéias novas e com objetivos comuns de cada vez mais promover a qualidade devida ao povo do Paraná.

Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

(Lê):

“Subo a esta respeitável tribuna para levar à discussão um assunto que há muito tempo tem me preocupado e com certeza, também, à maioria da população da Região Metropolitana de Curitiba.

Não podemos pensar numa Curitiba grande sem pensarmos antes, na grande Curitiba. É assim que chamo a atenção dos ilustres Deputados para esclarecer o que vem acontecendo nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba.

Com a Lei Complementar nº 14 de 8 de junho de 1973 foram instituídas no Brasil as Regiões Metropolitanas. Em 1974 a Região Metropolitana de Curitiba era formada por 13 municípios, com o passar dos anos outros foram agregados e alguns se desmembraram, com o objetivo de integrar ações e proporcionar melhor qualidade de vida a seus habitantes.

Hoje já são 25 municípios: Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Campo Magro, Campo Largo, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Itaperuçu, Mandirituba, Doutor Ulysses, Pinhais, Fazenda Rio Grande, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.

O problema, é que nos últimos 25 anos, a população da Região Metropolitana de Curitiba praticamente triplicou. Crescendo desta forma, municípios pobres, não têm como atender com eficiência a sua população. Segundo o IBGE, em 1996, um quarto dos paranaenses habitava a Região Metropolitana de Curitiba, o que equivale a dois milhões e quatrocentas mil pessoas.

Com a criação da COMEC, através da Lei nº 6517 de 2 de janeiro de 1974 se deu início ao trabalho ou pelo menos à tentativa de se levar a integração de projetos em comum a todos os municípios pertencentes a esta região. O Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba foi formulado em 1978 e se baseou em três premissas:

- preservação de recursos hídricos e de todo o patrimônio ecológico;
- geração de riqueza otimizando a exploração mineral, agropecuária e industrial.
- orientação do crescimento urbano.

O ponto de partida está correto. Vinte anos depois os objetivos fora revistos. Mas o que poderá ser feito se o controle for perdido, se o crescimento continuar alto e desordenado? Se não houver como administrar mudanças, nem recursos para atender a todos?

A teoria é uma mas a prática está nos mostrando a verdadeira realidade. Com tantos novos municípios não estamos criando soluções, mas sim, despesas. Por exemplo: Piraquara e Pinhais, que se desmembraram em 1992, diminuindo a capacidade de endividamento dos dois municípios e aumentando os gastos com a criação de mais uma prefeitura, mais uma câmara de vereadores, mais parque de máquinas. O que significa pagar salários e sustentar estruturas administrativas. O custo de tudo isso poderia ser revertido em investimentos que beneficiassem diretamente a população.

Estou sim, e sempre estive, contra a criação de municípios, e hoje não posso admitir a formação de municípios como Ferraria, em Campo Largo; Guaraituba, em Colombo ou Cachoeira em Almirante Tamandaré.

Por que nos dias de hoje, iríamos ter a mesma situação de Piraquara, aumentando despesas e diminuindo a receita.

Para não criar, defendo sim, a integração destas áreas a Curitiba, pela sua proximidade, e muitas vezes, distantes de sua sede, e sem contar a valorização de seus territórios. Hoje são 9 os municípios conurbados com Curitiba ou seja, que suas áreas se fundem com a Capital. A minha proposta não prioriza disputa de território ou interesses políticos é uma idéia para atender melhor populações carentes, que se encontram à margem dos benefícios e direitos de cidadão.

Em alguns casos o crescimento populacional dos municípios da região metropolitana de Curitiba surpreende, e também preocupa. Entre 1991 e 1996, por exemplo, Fazenda Rio Grande, cresceu 12,57% ao ano. Agora, pergunto tem o município como acompanhar esse aumento, dando infra-estrutura e serviços básicos a todos seus habitantes?

Defendo, também, a criação do Conselho dos Municípios para que possamos cobrar em conjunto o que se propõe a lei de criação da COMEC, na Integração ou Extensão de serviços, como Transporte, Saúde, Educação, Infra-Estrutura, Segurança, Política Ambiental e Industrialização, bem como a captação de recursos em conjunto para projetos de interesse comum.

Vou mais além, enquanto que em Curitiba existe uma super-estrutura técnica com grande suporte financeiro, somente a receita anual de 1999 foi da ordem de 807 milhões de reais, os demais municípios não somam um terço deste montante.

E quando vemos um projeto, como o PROSAM, com a coordenação e execução da COMEC, cujo valor de investimento é da ordem de 300 milhões de dólares e só em Curitiba foram investidos 70 milhões

Fico surpreso, porque só restam para cada um dos outros 24 municípios, que compõem a região, 9 milhões de dólares para investimento”.

Há, na verdade, aqui, uma Curitiba grande e os municípios que são vizinhos, com uma estrutura econômica muito inferior à de Curitiba.

Portanto, Curitiba tem o IPPUC, capacidade financeira, capta os recursos muito maiores o PARANAURBANO capta os recursos internacionais, onde poderiam ser captados os recursos para um crescimento ordenado da Região Metropolitana.

Poderíamos dividir em algumas partes o nosso posicionamento, criar novos municípios, não, de maneira alguma.

Anexar municípios vizinhos de Curitiba a Curitiba é uma idéia, é uma tese que pode ser discutida - ela pode ser discutida e analisada por esta Casa.

Agora, fazer cumprir a lei que determina a integração dos investimentos metropolitanos, como transporte, coleta de lixo, saúde, com habitação, geração de empregos é uma responsabilidade nossa, porque não podemos fechar os olhos para uma realidade que, num futuro próximo, pode ser ainda mais difícil do que é hoje.

Concedo o aparte ao Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário

Agradeço e cumprimento Vossa Excelência sempre polêmico nas suas posições, nesta Casa. Uma delas eu acompanhei, votando, me arrependo até hoje, que foi a distribuição dos royalties, que na verdade, na lei ecológica, a lei Neivo Beraldin, onde os prefeitos recebem esse volume de dinheiro, e não usam este recurso no espírito da lei que Vossa Excelência apresentou.

Faço parte da COMEC, aliás fui nomeado pelo então Governador Jaime Canenet, como membro da COMEC acompanho bem a COMEC, de lá para cá. E quero dizer a Vossa Excelência que entrando nesse seu raciocínio que a pobreza tem que ser encampada por Curitiba, que é o cinturão mais pobre que se aproxima da capital do Estado.

Eu lembro, por exemplo, que teve alguns políticos que achavam que o pobre não podia ter mais que dois filhos, no máximo dois filhos.

Aí eu pensava que, nesse caso não podíamos ter tido a glória de ter tido o Pelé, nascido no Brasil, porque ele passou do segundo filho.

Eu lembro, Deputado, companheiro e amigo, Neivo Beraldin, a pensar dessa forma teríamos que fazer uma lei dentro do nosso País, exigindo que todo cidadão rico passasse a ser pai de, no mínimo, 1.000 crianças, para acabarmos com a pobreza também, no País.

Por esta razão, Deputado Neivo Beraldin, não concordo com o seu projeto mas, admiro seu espírito criativo, salutar sempre as suas idéias, colocadas nessa Casa mas, eu, com muito orgulho, me lembro de ter sido prefeito de um dos municípios mais pobres do Paraná. Mas um Prefeito que fui reconhecido pelo povo do meu Município, realmente o Município mais pobre da Região Metropolitana, que era Mandirituba - Fazenda Rio Grande. E através daquela pobreza mas o espírito grandioso do povo, principalmente o povo mais sofrido, e graças a esse povo que estou aqui, como Deputado, companheiro de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. BERALDIN

Deputado Cartário, sei que Vossa Excelência é um municipalista, mas vejo, nos municípios, pouco investimento. Hoje, basicamente, salvo raras exceções, os municípios têm receita para a folha de pagamento do seu quadro funcional, para suprir despesas com a Câmara dos Vereadores e o custeio para investimento, vejo muito pouco! Especialmente aqui na Região Metropolitana de Curitiba, evidente que temos algumas exceções, como Araucária, São José dos Pinhais, Campo Largo, Colombo, são municípios que têm uma certa infra-estrutura, poder econômico para obras de infra-estrutura.

Mas vejo também um crescimento desordenado e temos que pensar numa região metropolitana com interesses comuns. Queria ir até mais longe, Deputado Cartário, fazer uma análise, o litoral do Paraná tem interesses comuns. Para quê tantos municípios no litoral do

Paraná, por exemplo? Para que tantos, se poderíamos administrar os interesses comuns do litoral com um conselho, com menos municípios? Então estou fazendo um discurso, ao invés daquilo que vinha acontecendo nos últimos anos que é criando uma supra-estrutura de prefeituras, onde se aumenta cargos de vereadores, cargos públicos e a população não tem os devidos investimentos, nas áreas necessárias! Por exemplo, se coletássemos o lixo, em Curitiba, de forma integrada, evidente que seria muito mais barato. Pinhais paga 40 reais a tonelada da coleta de lixo, Campo Largo, 83 reais. Então cada município faz a sua administração, mas aquilo que a população precisa que é infra-estrutura, qualidade de vida são poucos os recursos.

Concedo um aparte ao Deputado Edson Strapasson.

O Sr. Edson Strapasson

Gostaria de cumprimentá-lo por trazer a esta Casa uma questão que é de grande importância.

Não concordo com a sua idéia. E também acho que a divisão ou a criação de novos municípios seja a solução para a questão metropolitana. Pensar neste momento em roubar a cidadania daqueles que já estão sediados em uma região, que lutam dia-a-dia para que aquela região cresça e proporcione o equilíbrio regional.

Acredito hoje que temos Curitiba capital que concentra a grande fatia econômica absorvendo toda a receita de serviços de uma região. Absorve também uma região altamente industrializada e que teve um crescimento muito forte, extrapolou a divisa e, juntamente com Araucária concentra o grande filão empresarial, industrial e de arrecadação da Região Metropolitana. Ficando os Municípios do Norte e do Leste recebendo a questão dos mananciais como sua carga e restrição urbanística.

Se isso fosse a solução, teríamos que exigir que cada família que tem um poder aquisitivo razoável, adotasse uma criança pobre. Por esse raciocínio, arrancaríamos do seio de uma família uma criança, e sabemos que o melhor habitat é a sua família.

Não concordo. O governo do Estado sempre priorizou os investimentos maiores em Curitiba, deixando à margem do processo os municípios da região. Fazendo com que tenhamos hoje municípios que têm graves problemas sociais. O que seria a solução no nosso entender? O Estado como ente regional, que tem poder econômico, político, investir na geração de empregos, investindo através de programas específicos regionais para buscar o equilíbrio de infra-estrutura regional.

E também criando de certa forma, e aí lançamos uma idéia para que se crie royalties sociais que compensem os municípios que absorvem uma carga social elevada e não tem recursos para fazer frente na demanda da educação, saúde e na área social. Projetos que realmente tornem justa a distribuição econômica, com certeza será a solução para o equilíbrio regional. Isso é um desafio que passa na Assembléia Legislativa, na medida que buscamos aqui o questionamento dessas ações.

Queria cumprimentá-lo e pedir que na sequência colocasse com mais clareza qual é a intenção, porque fica muito vago.

Acredito sim, que devamos voltar a questionar, e defendo a tese de criarmos um fundo metropolitano de desenvolvimento para que o Governo do Estado, retirando uma fatia de elevado volume de arrecadação de ICMS, dos municípios mais industrializados, retire e crie um fundo que financie o desenvolvimento dos municípios como Almirante Tamandaré, que tem uma população equivalente à de Araucária e, no entanto recebe por mês, no ano de 98, recebeu 2 milhões e pouco de ICMS enquanto o município ao Sul teve o privilégio de receber quase 40 milhões de reais.

Então, evidentemente, se corrige a questão social de investimento e com poder econômico e político e isso nós temos condições independente de mudar território.

O SR. BERALDIN

Deputado Strapasson, a lei que Vossa Excelência sugere de criação de um fundo, já apresentei nesta Casa, na legislatura anterior. Pretendo reapresentá-la, visto que na época, ainda aqui era o Ministro Rafael Greca, e, ele deu parecer contrário à criação desse fundo.

Eu, na lei, instituí um fundo metropolitano aonde cada município destinava parte da sua receita e instituí um conselho de prefeitos, na região metropolitana para gerir este fundo, para que pudéssemos desenvolver programas de interesse comum na Região Metropolitana.

Esta lei está na Casa, podemos reanalisá-la e rediscutir, porque esse é um assunto que merece a discussão.

Concedo o aparte ao Deputado Algaci Tulio.

O Sr. Algaci Tulio

Primeiro lugar quero cumprimentá-lo pela coragem de trazer à tona um assunto que é muito importante, que na verdade é um grande desafio para nós Parlamentares que somos de Curitiba, somos da região metropolitana.

Dizer que a sua proposta talvez esteja chegando em uma hora oportuna, porque vem exatamente num ano eleitoral. Em ano eleitoral nenhum prefeito, até por mais que ele seja favorável a perder uma parte do seu território onde ele não tenha dado um bom atendimento, ele vai admitir que isso aconteça, porque certamente será um fracasso político para este prefeito.

Quero dizer, que no aspecto econômico, Deputado Neivo Beraldin, a sua proposta encontraria sem dúvida alguma ressonância, pois quanto haveria de economia se evitássemos criar o Município de Ferraria, como há intenção de algumas pessoas há muito tempo, porque o Prefeito de Campo Largo, não atende Ferraria? Sou testemunha disso.

Se fosse para criar esse município evidentemente seríamos contrários, mas anexação a Curitiba, concordo com Vossa Excelência.

Da mesma forma Campina Grande do Sul, por exemplo tem o distrito de Jardim Paulista, há um movimento para criar aquele município, da mesma forma Capivara, que é já mais um pouco além da BR-116.

Claro que não podemos concordar em criar municípios. A exemplo de Guaraituba, que nós até em legislatura passada fomos até favoráveis à realização do plebiscito para se criar o município, mas não aconteceu.

Talvez, naquela época nós aqui na Assembléia não tivéssemos, quem sabe, a devida noção do que isso no futuro representaria de prejuízo para os cofres do Estado, para os cofres da Nação. Temos essa consciência de quanto custa criar um município.

Então no aspecto econômico não tenho a menor dúvida que a sua proposta mereceria sem dúvida alguma um debate bem mais amplo. No aspecto político infelizmente ela peca, porque vem em um momento inoportuno. Estamos aí no período eleitoral e conseqüentemente os Prefeitos não vão aceitar esta perda de suas áreas.

Mas veja, Sr. Deputado, não se pode comparar os investimentos de Curitiba, com o investimento de Campina Grande, com o de Colombo, com o de Almirante Tamandaré, com o de São José, porque Curitiba tem uma produção de indviduamento bem maior do que esse municípios.

Vossa Excelência a pouco deu um exemplo, de que no PROSAN, por exemplo que está destinado 300 milhões de reais, e que Curitiba ficou com 70 milhões de reais. Há 230 milhões de reais para ser repartido com os outros demais municípios e, não 9 milhões de reais, como talvez Vossa Excelência por engano tenha colocado aí.

Além do PROSAN, o PARANASAN, por exemplo tem 390 milhões de dólares para a Região Metropolitana e uma parte para o litoral do Estado. A maior parte fica com a Região Metropolitana.

Então, tudo esbarra na questão da condição de indviduamento de cada um desses municípios.

Se lembramos agora que a política do Governador Jaime Lerner, de industrialização do Estado do Paraná, eu só imagino se o governador não tivesse tido a coragem de partir para essa transformação do Estado. O que seria da Região Metropolitana nesses próximos anos? Não tenho números em mãos, mas Quatro Barras tem cinco ou seis fornecedoras das montadoras. Piraquara tem três ou quatro fornecedoras das montadoras. As montadoras em Campo Largo, São José dos Pinhais, fornecedoras que estão se constituindo em Araucária, em outros municípios. Hoje já há uma industrialização e até uma condição de sobrevivência de boa parte dos municípios da Região Metropolitana. Acho que a questão da Metropolitana não está na Metropolitana. Está no interior do Paraná. O problema é esse. Está no interior do Paraná e há muitos anos a gente bate nessa tecla, da falta de maior investimento na área da agricultura. Muita gente pode dizer de porque o governador não levar indústrias para o interior. É que o investidor sabe onde ele quer, ele não vai para onde o governador manda. O Governador pode até

sugerir, mas não pode dizer: “Passa lá em Jundiá do Sul, município do Norte Pioneiro”. É um município que eu defendo aqui na Assembléia. Lá não teria condições, ficaria tudo mais caro, não tem aeroporto, não tem porto próximo, não tem rodovia mais próxima. Fica tudo mais difícil. Temos que discutir a Região Metropolitana num todo. Eu, como vice-Prefeito de Curitiba tive a feliz oportunidade de, numa ausência do prefeito Jaime Lerner, ser o prefeito em exercício e promover a primeira integração oficial do Ligeirinho que foi em São José dos Pinhais e que deu uma demanda política com o governador da época e assim foi depois com Pinhais e hoje temos praticamente quase que 80% da região Metropolitana incluída no sistema Integração de Curitiba, onde o cidadão que mora em Pinhais, Campo Largo, Araucária, São José, Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul, com uma só passagem ele pode ir a qualquer lugar de Curitiba e qualquer outro município, desde que ele desça num terminal de transporte coletivo. Acho que avançamos bastante e é bom lembrar que uma proposta do Prefeito Cassio Taniguchi na sua campanha eleitoral e minha também, foi exatamente a integração com a Região Metropolitana.

O SR. BERALDIN

Mas isso está na lei.

O SR. ALGACI TULIO

E isso está acontecendo e então não posso concordar quando o Prefeito Zaneti e Campina Grande do Sul vêm a público dizer que falta investimento do governo. Não é verdade! Se nós levantarmos as planilhas do PROSAN, no PARANASAN, vamos encontrar investimentos. O próprio lixo da Região Metropolitana que Vossa Excelência acabou de citar, onze municípios da Região Metropolitana recolhem, o seu lixo no Aterro Sanitário da Caximba e Curitiba não cobra um centavo por isso. Nada, absolutamente nada. Não pode se levar pelo fato da falta de investimento. O que há na verdade, é a condição de endividamento de cada um desses municípios e o desafio está lá no interior. É aí que o governador entra com as Vilas Rurais, com o Paraná Doze Meses, que procura investir na habitação no interior para estancar a coisa lá. Ninguém é contra o cidadão sair de lá do interior do Paraná e vir para a Região Metropolitana. Nós somos contra é ele deixar uma situação estável que ele tem lá com o seu terreninho, com o seu sítio, com a sua casa, com o seu porquinho, com o seu leitão, com a sua galinha e vir aqui para a Região Metropolitana e esmolar em Curitiba. É esta a preocupação que temos.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem)

Só para que os Anais desta Casa não cometam historicamente um erro, aqui pronunciado por um lapso, pelo companheiro Algaci Tulio, quando cita que a primeira integração do transporte da Região Metropolitana foi outro município que não na verdade, Fazenda

Rio Grande, em Mandirituba, 1988, pelo então prefeito de Curitiba, Roberto Requião e pelo então prefeito, Geraldo Cartário.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, fui bem claro. Eu falei da integração do Ligeirinho. naquela época estava devagarinho. Na minha foi Ligeirinho.

O Sr. Luiz Carlos Martins

Vossa Excelência me concede um aparte?

Deputado Neivo, na verdade, mais do que a questão da anexação de partes pobres de alguns municípios da Região Metropolitana, mais do que isso, Deputado Neivo Beraldin, é um empresário, e um empresário bem sucedido diga-se de passagem, porque é competente. eu vejo essa sua proposta mais do que a anexação, eu vejo uma bandeira que o Deputado levanta para discussão dessa pobreza de toda região metropolitana, porque os limites geográficos de Curitiba estão no “limite”, todos nós somos conscientes disso.

É claro que nenhum Prefeito da Região Metropolitana vai querer parte do seu município, nesse momento, principalmente, Deputado Neivo, a parte pobre, a parte miserável, sendo anexada à Curitiba, porque é lá que ele vai buscar os votos, com certa facilidade até.

Então, como empresário que Vossa Excelência é, Vossa Excelência está imbuído do espírito de globalização, e nada mais oportuno que discutir todas essas questões.

Então, Deputado Neivo Beraldin, está de parabéns por levantar esta questão, e temos que discutí-la, sim, e não ter vergonha de discutir. Só que não podemos esquecer também, Deputado Neivo, vou dar só um exemplo aqui, da Vila Zumbi, vocês conhecem a Vila Zumbi, os senhores devem conhecer a Vila Zumbi. Quem já foi jogar futebol na chácara do Deputado Neivo Beraldin, do lado direito, após o Atuba, ali é a Vila Zumbi.

Não podemos esquecer, e não podemos perder a memória, aqueles que motivaram, incentivaram a Vila Zumbi. É preciso que a sociedade saiba quem foram os responsáveis, aquela gente não vive, aquela gente vegeta, aquela gente realmente sofre.

Então, parabéns. E gostaria também aqui de lembrar, Presidente Nelson Justus, que a integração, quando o Deputado Cartário era Prefeito de Mandirituba, e o Senador Roberto Requião era Prefeito de Curitiba.

Diante daquilo, nós, quando eleitos Deputados aqui, apresentamos o projeto de lei que foi aprovado por unanimidade nesta Casa e foi sancionado pelo Governador Jaime Lerner, em que autorizava a integração do transporte coletivo de Curitiba. Então, esta Casa tem parte em tudo isso. Parabéns por esta bandeira que é da maior importância, e mais do que chamar de Região Metropolitana, a questão da nomenclatura, - nomenclatura ajuda, nos faz refletir.

Devíamos, Deputado Neivo Beraldin, chamar a nossa região, de comunidade metropolitana. O nosso

querido Deputado Cartário, que é português, nascido em Portugal, que lá esteve agora visitando a sua mãe que tem 83 anos, Portugal que participa hoje da comunidade européia, que este espírito venha também nos atingir aqui, porque quando se fala em comunidade, a comunidade metropolitana, quando se fala em comunidade se reflete na cidadania, no direito do cidadão, claro, nos seus deveres, mas acima de tudo nos seus direitos.

Parabéns.

O SR. BERALDIN

Muito obrigado, Deputado Luiz Carlos Martins, mas quero lembrar a Casa, que esta Casa votou, está na lei a integração dos serviços comuns, educação, saúde, saneamento básico, são temas que estão na lei, que a Assembléia Legislativa votou, só que os Prefeitos da Região Metropolitana não estão tendo a força necessária para se inserir com Curitiba na captação de recursos para investimentos em obras de interesse comum. Na verdade, eles estão cuidando dos seus municípios, administrando a folha de pagamento e o custeio, e raros, e poucos e escassos são os recursos para investimento, e não há um debate da Assembléia Legislativa e dos Prefeitos da Região Metropolitana para discutir de que lado vamos crescer, de que forma vamos integrar todas as questões. O transporte coletivo acontece em alguns municípios, mas não acontece em todos os municípios. O saneamento básico não acontece em todos.

A COMEC na verdade é um órgão que deveria cuidar da Região Metropolitana para que ela se integrasse. E hoje infelizmente, politicamente, momentaneamente, ela é muito mais próxima a Curitiba, até porque o Diretor-Presidente da COMEC foi o Prefeito Cássio Taniguchi que o indicou e também é o Prefeito Cássio que é Presidente da ASSOMEC da Região Metropolitana de Curitiba e os Prefeitos não estão se insurgindo em relação aos investimentos que poderiam ser rateados conforme a lei criada aqui em 1974, que dá toda a autonomia para que se crie, tem aqui o Conselho Construtivo, o Conselho Deliberativo, mas não está sendo discutido e acho que esta Casa tem o papel e o dever de discutir, porque afinal, aqui reside um quarto dos cidadãos paranaenses. Agora, vejam vocês, a minha proposta de anexação de não criar municípios, de se dizer que se gasta muito em folha de pagamento, que se gasta muito com Câmara de Vereadores é uma proposta à política. É evidente que eu não vou ter a simpatia dos Prefeitos, de pronto, até porque eles juraram quando assumiram o poder em manter o seu território, mas é preciso discutir essa questão, porque todos nós estaremos sendo atingidos no presente e no futuro.

Então, vendo assim de pronto é evidente que politicamente não é uma grande ação de um Parlamentar que depende muitas vezes dos votos também de políticos, mas estou preocupado sinceramente é com o povo do Paraná, especialmente com o povo da Região Metropolitana de Curitiba que é por isso que fomos eleitos.

Concedo um aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Neivo, quero crer que esta sua manifestação poderá suscitar um grande debate, não só aqui na Assembléia, mas também na nossa Capital Curitiba e nos municípios da Região Metropolitana.

Não tenha dúvida que o assunto é por demais polêmico e pessoalmente sabe Vossa Excelência, já conversamos, não comungo da idéia de Vossa Excelência em anexar Ferraria a Curitiba, anexar a região do Zumbi a Curitiba, anexar, enfim, Cachoeira a Curitiba. A proposta que pessoalmente sempre defendi é a de transformar essas regiões em municípios independentes, tanto que fomos autor do projeto que criou o Município de Campo Magro. E pelas informações que temos recebido, pelas conversações que temos tido com moradores daquela região, eles estão satisfeitos hoje com a transformação de Campo Magro em município.

Mas, Vossa Excelência mexe, talvez, com essa sua proposta que é polêmica, com a qual eu pessoalmente não concordo, mas Vossa Excelência mexer naquilo que é importante para esta Casa e para a Região Metropolitana, que é estabelecer o debate em cima da verdadeira integração que deve existir entre a Capital e os municípios que estão a ela ligados e aos municípios que estão a ela diretamente conurbados.

Então, cumprimento Vossa Excelência por levantar essa discussão, mas digo a Vossa Excelência que discordo da proposta, evidentemente, de se anexar essa ou aquela região a Curitiba, quem sabe não ouvi de Vossa Excelência mas não sei se faz parte da vossa proposta a anexação do Guaraituba, pertencente a Colombo, também a Curitiba, região que inclusive nós há alguns anos atrás defendemos que fosse transformado num município independente.

Então, cumprimento Vossa Excelência por trazer esse debate e gostaríamos até que desse debate pudesse surgir a convocação dos representantes da COMEC para que viessem aqui em Plenário e discorressem a todos nós o que tem sido feito de prático e de efetivo nesse processo de integração dos municípios da Região Metropolitana, essa universalização. Porque hoje estamos cansados já de ouvir no dia-a-dia a terminologia globalização, onde o mundo, dizem, está globalizado e coisas mais. Na realidade temos que fazer a universalização dos problemas e das vantagens, dos problemas e dos benefícios.

Então, universalizar as ações da Região Metropolitana é o ideal porque aí vamos ter os problemas da Região Metropolitana sendo discutidos enquanto Região Metropolitana e não de forma individualizada no sofrimento e na precariedade deste ou daquele município, deste recurso pequeno aqui e maior em outra localidade.

Cumprimento Vossa Excelência por trazer este assunto a debate e esperamos que desta sua manifestação e dos demais companheiros de Assembléia possamos ter

a convocação dos representantes da COMEC para um primeiro debate aqui na Assembléia ainda em fevereiro.

O Sr. Algaci Tulio

Não se trata de a COMEC vir aqui explicar porque a COMEC é apenas um órgão técnico, não é um órgão que libera ou consegue recursos. Agora, temos aqui na Assembléia o Bloco Parlamentar Metropolitano e podemos através dele provocar um simpósio, discutir o assunto. Este é um ano político e não muito propício para isto porque muita gente vai querer tirar proveito político, mas não podemos fugir deste compromisso.

O SR. BERALDIN

Acho que deveríamos colocar a OAB, o SINDUSCON, todos os órgãos da iniciativa privada independentes de Prefeitos e Vereadores para discutir de fato a integração da Região Metropolitana porque ela está no papel.

Temos é que fazer com que Curitiba abra os braços para a riqueza e para a pobreza. A mesma qualidade de vida que tem Curitiba quero para a Região Metropolitana.

O Sr. Algaci Tulio

Mas Curitiba está de braços abertos, tanto que está se integrando, fazendo um todo com a Região Metropolitana. Agora, volto a frisar: os recursos que o Prefeito de Curitiba consegue a nível nacional ou internacional ele não pode dividir com a Região Metropolitana senão ele vai para a cadeia! Ele faz um endividamento para a Cidade de Curitiba.

O SR. BERALDIN

Ele pode fazer um consórcio.

O Sr. Algaci Tulio

Temos que achar um mecanismo que possibilite isso. Ele não pode tirar do orçamento de Curitiba que é aprovado na Câmara Municipal e investir em Colombo ou Piraquara.

O SR. BERALDIN

Ele pode cotar recurso em conjunto com a Região Metropolitana, está na lei, só que ninguém cumpre.

O Sr. Algaci Tulio

Tem que entrar a ação dos prefeitos da Região Metropolitana, tem que entrar a criatividade deles para aí sim trabalhar em cima desta proposta. Não tenho dúvidas que este é o caminho. Ao invés de fazer um aterro sanitário em cada município, se pega dois, três municípios mais próximos e se faz um só. Isto se chama economia. Ninguém é contra a sua proposta, só não posso admitir que V. Exa. diga que Curitiba tem que abrir os braços para a Região Metropolitana, meu Deus do céu! Curitiba tem feito este papel. Sou testemunho e V. Exa. também é.

Agora, não podemos passar do que a lei permite. Para isso vamos procurar mecanismos, vamos debater este assunto, chamar técnicos, convidar os Prefeitos, vamos achar um caminho. O consórcio é a solução? Vamos lá. Se faz um consórcio para se criar um hospital em Campina Grande que vai atender a região de Colombo, de Quatro Barras. Não se vai fazer um hospital em cada município. É contra-senso e contra a economia.

De resto, Deputado, estamos somando com V. Exa. para discutir a Região Metropolitana.

O Sr. Edson Strapasson

Só para registrar que quando o Deputado Luiz Carlos Martins citou a questão da Vila Zumbi, é importante registrar que ela foi implantada por uma ocupação em 1991, quando o então Prefeito, João Dal Prá, comunicou à COMEC e surpreendeu-se e na época as notícias que corriam eram que um vereador de Curitiba, fazendo campanha para Deputado, fazia este tipo de ocupação.

Então, realmente concordo que é necessário. Esta é uma questão regional do passado, não tem nada a ver com a questão em tese.

Só para registrar, o ente político que tem a legalidade jurídica para fazer a compensação regional dos desequilíbrios econômico-sociais é com certeza absoluta o Governo do Estado do Paraná; e um consórcio aí não teria fundamentação jurídica de obrigar ninguém a repassar recursos para lado nenhum.

Então, defendo a tese, e quero que fique bem clara que uma parte do ICMS da grande Região Metropolitana deva ser separado num fundo regional para corrigir as grandes diferenças regionais, tanto na questão da infraestrutura quanto na questão social. Esse é o caminho, o Estado detém isso.

Não concordo com o Deputado Algaci quando citou que não existe capacidade de endividamento porque pelos números de hoje Curitiba não tem capacidade de endividamento e está recebendo do PARANAURBANO 30 milhões de reais para pavimentação em várias regiões, enquanto tem municípios da região que têm capacidade e não estão recebendo.

Então, essa questão é muito polêmica. Volto a defender: o ente jurídico que tem capacidade legal de corrigir as diferenças é o Governo do Estado do Paraná, e não vejo por que um consórcio, uma entidade tentando aí chegar a um acordo que realmente ninguém vai repassar.

O Sr. Geraldo Cartário

Deputado Neivo, pediria ao Presidente, Deputado Nelson Justus, tratando de um assunto de maior importância, visto que se fala da região mais importante do Estado, a Região Metropolitana, concederíamos, com a ausência do nosso Líder, Edno Guimarães, o horário do Partido Social Liberal para que V. Exa. desse oportunidade ao Deputado Luiz Carlos Martins que gostaria de voltar a falar no assunto e a este Deputado que também gostaria de falar um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não temos dúvida que o assunto é extremamente polêmico, extremamente interessante, e sem dúvida nenhuma que jamais esgotaríamos esse assunto numa sessão plenária como a de hoje. Voltaremos a esse assunto inúmeras vezes, aliás, tenho certeza que essa é a intenção do Deputado Neivo Beraldin porque esse assunto deve ser discutido não só numa Sessão Plenária e num Grande Expediente, mas o Deputado Neivo Beraldin já usou 25 minutos além dos 30 do Grande Expediente.

O SR. BERALDIN

Agradeço as considerações do nosso Presidente que nos estimula a continuar o debate nas próximas sessões e estaremos aqui para isso, vamos tentar organizar um encontro das entidades que têm aqui interesse na Região Metropolitana e vamos debater.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PTB, PFL, PSDB. (Declinam)

PMDB. Com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Quero inicialmente desejar as boas vindas a todos os Parlamentares, às Senhoras Deputadas, e que esse ano 2000, quando concluímos o milênio, seja produtivo, seja aqui nesta Assembléia palco de grandes debates, e que os debates possam oferecer à população do Paraná uma qualidade de vida melhor.

Quero também, Senhor Presidente, agradecer os meus colegas Deputados por terem me dado a elevada honra de liderar o PMDB no presente exercício. Ocupar essa posição no PMDB na verdade é um privilégio, sobretudo porque o PMDB é um partido enigmático, um partido que tem como o seu maior patrimônio a grande militância no Paraná inteiro. O PMDB tem uma história fantástica repleta de grandes conquistas, um partido que já elegeu três governadores no Paraná, que ofereceu ao Paraná e ao Brasil grandes lideranças, que ofereceu a este Parlamento pessoas das mais qualificadas do cenário político. É, portanto, uma responsabilidade ímpar estar à frente de um partido rebelde, inconformado, mas que tem na sua essência a democracia, que tem como maior patrimônio a sua militância, a sua bravura no combate aos ideais que se propõe. O PMDB dispõe de um quadro extraordinário.

Aonde quer que se vá, na linha, no sítio, na água, na comunidade, na estrada, encontra militantes do PMDB, pessoas que olham com simpatia para o nosso partido e esse é o nosso maior patrimônio.

Além disso, Senhor Presidente, substituir o eminente Deputado Orlando Pessuti não é tarefa das mais fáceis, político tarimbado, com um grande cabedal cul-

tural, experiente, conhecedor profundo dos meandros na vida parlamentar, pois está aqui nesta Casa por cinco mandatos consecutivos. O Deputado Orlando Pessuti pautou toda a sua vida pública, coroada de pleno sucesso, na seriedade, honradez e sensatez. Homem de fácil entendimento, é respeitadíssimo pelos segmentos políticos, sociais e econômicos do Paraná. Realizou um trabalho fantástico na liderança do PMDB, durante esses três anos que esteve à frente do nosso partido, aqui na Assembléia Legislativa.

Irei me esforçar para fazer um trabalho digno e com resultados. Talvez, não com o brilho do Deputado Orlando Pessuti, mas com toda a força, com toda a garra, com todo o entusiasmo e convicção, porque estes sentimentos não nos faltam.

Amo o Paraná e amo a população do meu Estado. Vim do interior com muito orgulho e satisfação e trago no meu coração o sentimento do homem do interior, a tenacidade, a loucura para conquistar os seus objetivos, a determinação do agricultor, que supera as dificuldades, que luta dia-a-dia, incansavelmente, para conquistar os objetivos.

São estes sentimentos, Senhor Presidente, que me trazem, aqui, para esta Assembléia, já no terceiro mandato e que, hoje, graças à benevolência dos meus colegas Deputados do PMDB, me conduzem à liderança do partido.

Seremos implacáveis com as mazelas e a incompetência. Não abriremos mão de gritar bem alto em favor do povo do Paraná, na defesa sobretudo daqueles menos protegidos, daqueles que efetivamente necessitam de bons governos.

O Governo Jaime Lerner merecerá de nossa parte atenção especial. Vamos cobrar atitudes, ações, porque a impressão que temos é que o governo está sofrendo de paralisia geral.

O governo mostra-se inerte, incapaz, imóvel, diante dos diversos problemas que existem no Paraná. Nada faz a não ser anunciar planos de propostas, frutos de alucinações dos seus sonhos que povoam as intenções desse governo.

O Paraná sofre e o povo se empobrece. A marginalização se espalha com rapidez. A agricultura se esvai. O interior se esvazia. E o governo Jaime Lerner e a sua equipe tudo assiste sem nada fazer. Apenas viagens e mais viagens, 33 ao exterior, perfazendo quase um ano de estadia no estrangeiro. Por isso, que se ouve falar por aí, que o Governador Jaime Lerner conhece muito melhor Paris, Londres, Miami, Madrid, do que a maioria dos municípios do Paraná. Quando se arrisca a fazer um périplo pelo interior do Estado se depara com as promessas que fez e não cumpriu na época eleitoral. São obras paralisadas, falta de apoio à agricultura, esquecimento do interior, convênios que honrou e não assinou, enfim, é uma lástima total.

Se isso não bastasse dá para citar ainda, que é comum o Governador Jaime Lerner deparar com as suas

propostas eleitorais esquecidas e refiro-me à região que represento, aqui na Assembléia Legislativa. É a Universidade das Américas que ficou no papel, é o aeroporto internacional de Cascavel que o Governador teve a audácia de ir lá, no terreno, para se fotografar e mostrar na mídia e até hoje não fez a desapropriação do terreno, para construir o aeroporto de Cascavel. É a construção da ferrovia que liga Cascavel a Guaíra e Foz do Iguaçu, que só ficou no discurso e nas propostas! E por aí vão os devaneios desse Governo!

O PMDB não será intransigente aqui nessa Casa; o Partido, como sempre fez, estará presente para dizer sim ao nosso Estado, para dizer sim ao desenvolvimento, para dizer sim à melhoria de qualidade de vida de nossa gente, para dizer sim a propostas para a agricultura. Mas o PMDB não vai se curvar, o PMDB não vai se omitir e vai gritar, bem alto, na defesa do nosso povo, aqui desta tribuna, ou em qualquer lugar que estiver! O nosso Partido vai estar unido, como sempre esteve, na defesa do nosso Estado! Vai ser esta a linha que adotaremos para este ano de 2000, na virada do milênio, podermos escrever uma história bonita, dizer que valeu a pena ser Deputado, dizer que valeu a pena ter vindo para este Parlamento, para defender os interesses da nossa população.

Senhor Presidente, concluo aqui as minhas palavras que, antes de serem amargas, ressentidas, são palavras de esperança, de fé no meu Estado. Acredito no Paraná, porque se não acreditasse nem Deputado seria. Acredito no meu Estado, acredito na nossa população, acredito nos políticos do Paraná! Teremos de ser capazes de propiciar aqui os debates, de não nos omitirmos, de não nos escondermos, de não querer tapar o sol com a peneira. Teremos que ser capazes de mostrar a nossa cara, de falar com o povo, de dizer a que viemos e por que viemos!

É este o propósito que pretendemos que aqui nesta Assembléia, neste ano de 2000, possa se verificar.

Concluindo, Senhor Presidente, dizer aos Deputados do Governo e da Oposição que não viemos aqui com pré-determinação, o único objetivo que nos move serão os interesses da população do povo do Paraná. Por ele iremos gritar e fazer um esforço e tudo que for possível!

Se o Governo Jaime Lerner tiver a competência, o equilíbrio, a sensatez de encaminhar propostas boas para esta Casa, receberá a nossa aprovação. Caso contrário, transformaremos nosso mandato numa trincheira, num escudo na defesa da população do Paraná!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor Presidente, Mesa Diretiva, nobres Pares, senhoras e senhores.

É um prazer estar aqui neste início de ano legislativo e a nossa primeira participação, nobres Pares, é para chamar a atenção para uma grande audiência pública que

vamos ter, na próxima sexta-feira, com a participação da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara Federal dos Deputados à proposta de fiscalização e controle dos procedimentos administrativos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária do Paraná, o INCRA. O objetivo desta audiência pública é levantar dados, fazer uma verdadeira “radiografia” do INCRA do Paraná, para se apurar como andam as manobras de assentamentos, os investimentos na compra de terras, nas desapropriações para reforma agrária, apuração da produtividade dessas terras que foram entregues aos posseiros. Digo posseiros, porque o INCRA, no Paraná, até hoje, em 30 anos, não titulou nenhum posseiro, apesar de ter assentado doze mil famílias.

Esta audiência pública é de interesse de todos nós, e em especial da Bancada Ruralista, que vem trabalhando com muita responsabilidade na busca da paz no campo e na defesa da propriedade privada produtiva.

Convido a todos os Deputados para que compareçam na sexta-feira, às 8:30 da manhã ao auditório Castelo Branco, para fazermos uma “radiografia” no INCRA do Paraná. Esse instituto que tem, só no Governo Fernando Henrique Cardoso, absorvido mais de dez bilhões de reais. E estamos vendo aí reclamações. Fazendas invadidas, como é o caso do Paraná. Mais de 150 fazendas produtivas invadidas no Paraná, fazendeiros sendo espoliados de suas propriedades, tratados como bandidos. E essa inversão de valores não podemos aceitar num estado democrático como é o nosso Estado do Paraná.

Queremos também dizer da satisfação em encaminhar, hoje, à Mesa, a criação do Fundo Estadual de Defesa Civil - FUNDEC. Ele vai funcionar nos momentos de dificuldades, nos momentos em que os municípios paranaenses forem atingidos por vendavais, por inundações. Será administrado por uma Secretaria de Governo, pela Defesa Civil. E terá como objetivo principal o atendimento imediato aos flagelados. Hoje temos uma defesa civil altamente eficiente, mas não temos recursos determinados para atender no momento, de socorrer as famílias atingidas por vendavais, por inundações. Esse fundo terá recursos até o limite de 100 vezes o piso nacional do salário mínimo, e que em 72 horas poderá levantar os recursos para atender esses casos de calamidade.

Tenho certeza que este Plenário vai aprovar e o Governador Jaime Lerner vai sancionar essa lei.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança da Oposição.

O SR. EDGAR BUENO

Senhor Presidente, pelo cronograma, tudo consta e tudo diz que Oposição e Governo, em uma sessão fala primeiro e no outro fala por último. Pelo que me consta, hoje, fala primeiro a Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não. A ordem dos fatores não vai alterar. Se Vossa Excelência abrir mão de falar agora, passo a palavra à Liderança do Governo.

O SR. EDGAR BUENO

Qual é o cronograma, Senhor Presidente, por favor? O cronograma de hoje?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não depende do que está escrito. É a primeira sessão. Simplesmente chamei Liderança da Oposição, como poderia ter chamado a Liderança do Governo.

Quem faz a chamada aqui é a Presidência. Se Vossa Excelência não quiser falar, não fala.

O SR. EDGAR BUENO

Qual é o critério de Vossa Excelência?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há critério algum. É livre arbítrio da Presidência. Amanhã convido quem eu quiser para falar. Tenho procedido essa alternância constantemente. É a primeira vez, e na primeira sessão. Não vejo razão nenhuma para Vossa Excelência esperar.

O SR. EDGAR BUENO

Não é esperneio nenhum. Achei que o Senhor manteria o critério que o Senhor manteve no passado, antes de entrarmos no recesso. Na última sessão, quem falou por último foi o Líder do Governo. Automaticamente, hoje seria, se o Senhor mantivesse o mesmo critério, seria a Liderança da Oposição que falaria por último.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Edgar Bueno, estamos iniciando um novo período legislativo. Não há razão alguma para que não haja esta alternância. Simplesmente chamei para que o Horário da Liderança da Oposição fosse ocupado. Como poderia ter chamado da Situação, tanto faz!

Hoje, não vou mudar mais. Se Vossa Excelência não quiser usar o Horário da Oposição, não vai falar.

O SR. EDGAR BUENO

Senhor Presidente, acho que o Senhor está extrapolando um pouquinho, pela primeira vez. Não estou imaginando que estou vendo o Presidente democrático, Nelson Justus, que faz uma determinação dessas e acha que todos os Deputados devem abaixar a cabeça: ouvi-lo e cumpri-la.

Vou usar, sim, a Liderança da Oposição, mas gostaria que o Senhor mantivesse a mesma elegância, a mesma postura que sempre manteve e que pudesse ter um critério e esse critério fosse obedecido.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Uso este microfone com muita satisfação, porque estamos retomando e nesta retomada, como muito bem falou ontem o Presidente desta Casa, temos que resgatar a dignidade e credibilidade do Parlamento e da classe política. Marquei muito bem quando disse isso ontem, e esta é uma grande verdade.

É com isso que todos nós Parlamentares temos que nos preocupar, ganhar a confiança da população através das nossas ações e dos nossos atos. Quero saudar a todos os Senhores Parlamentares, as Senhoras Parlamentares também, e dizer que é uma satisfação muito grande, hoje estarmos aqui na reabertura de mais um ano legislativo. Saudar o Deputado Nereu Moura, por ter assumido a Liderança do PMDB, e dizer que realmente Vossa Excelência terá grandes dificuldades, porque substituir Orlando Pessuti, esta figura extraordinária, um Deputado que sempre brilhou na tribuna desta Assembléia, sei que Vossa Excelência terá uma tarefa muito difícil, porém, pela competência que tem, tenho certeza absoluta que o PMDB e todos nós da Oposição estaremos muito bem representados aqui, com a Vossa Excelência assumindo hoje, esse compromisso e essa missão de liderar a Oposição.

Quero chamar mais uma vez a atenção dos Senhores Parlamentares para o assunto referente ao pedágio. Todos estamos vendo que há interesse muito grande das empresas concessionárias e também do Governo do Estado do Paraná em mais de 100%. Isso será uma agressão com a classe produtora do Paraná, com as transportadoras do Paraná e, conseqüentemente, com todos os consumidores deste Estado, porque automaticamente isso reflete no custo, no preço dos produtos consumidos pela população do Paraná, e nada mais há a dizer, depois de ouvirmos aqui o grande pronunciamento do Deputado Péricles Mello, que discorreu muito bem sobre a preocupação e sobre tudo o que aconteceu com referência ao contrato, ao superfaturamento das praças de pedágio.

Nada mais há a dizer. O que há é uma convocação aos Senhores Parlamentares, para que amanhã, nesse pedágio na saída para Ponta Grossa, São Luiz do Purunã, convocamos todos os Deputados das Bancadas de Oposição e os Deputados do Governo que puderem nos acompanhar, porque vamos distribuir panfletos a todos os caminhoneiros que por ali passarem, a partir das treze horas de amanhã, quinta-feira.

Vamos estar mostrando, através do posicionamento das Bancadas de Oposição, a indignação com referência a esses contratos feitos pelo Governo do Estado com as concessionárias. Convido a todos para que compareçam.

Quero entrar num assunto chamado segurança pública.

Tivemos aí, há não mais do que uma semana, a morte de Miguel Siqueira Dóia, Presidente do PPS de Almirante Tamandaré. Esse crime que parecia apenas um assalto, um crime comum, está se transformando num esclarecimento novo que está surgindo agora, num crime político, e nós, da Oposição, vamos estar atentos para que

a verdade seja levantada, para que isso possa ser esclarecido à classe política do Paraná, à população, e que o Secretário de Segurança possa dar uma atenção especial para que esse fato seja levantado e esclarecido, para a tranquilidade de todos nós.

No domingo passado, às 23 horas, um cidadão cascavelense, já dentro de um ônibus leito da Garcia, foi arrancado por dois policiais - e o nome dos policiais são os seguintes: Edson Ribeiro dos Santos e Valdir José de Andrade. Arrancaram esse cidadão que estava com a esposa, com o cunhado e com duas filhinhas, de dentro de um ônibus da Garcia, simplesmente porque desentendeu-se com um funcionário da própria Garcia. Foi arrancado, colocaram um revólver em sua cabeça, ofenderam a esposa desse cidadão, bateram nesse cidadão e seguraram esse cidadão até as cinco horas da manhã, num posto da Polícia Militar.

Senhores Deputados, precisamos, muito bem lembrado pelo Deputado Nereu Moura, o nome deste senhor agredido, Marco Aurélio Martins, universitário, rapaz novo, pai de duas meninas, filho do comentarista político da Televisão Tarobá e editor da "Gazeta do Paraná" e que ele tem orgulho desse filho, porque ele nunca viu esse filho ingerir um copo de cerveja sequer. Não bebe, não fuma, é trabalhador, formou-se em Economia e é um trabalhador que mora em Cascavel e conhece esse menino desde criança, e que hoje é agredido pela polícia do Estado do Paraná.

O Sr. Moysés Leônidas

Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Quero cumprimentar Vossa Excelência por trazer essa questão do problema da segurança que temos hoje e o Paraná inteiro está vivendo esse drama. Aqui em Curitiba, em Cascavel também e em Londrina. Na preocupação de Londrina, hoje, a segurança está em segundo lugar. Só perde para essa política econômica nefasta do Governo Federal, que é a questão do desemprego. Mas, fazer uma ponderação V. Exa. falou que o policial estava armado. Lamentavelmente no Brasil, é mais ou menos assim. Por exemplo, o médico, uma profissão tão digna como o cidadão que faz a segurança. O cidadão para chegar ao final da carreira dele, pegar a arma dele, que é a arma de trabalho, que é o bisturi, vai quase 20 anos de estudo, desde que se matricula no 1º grau, até a residência etc. e tal, o médico passa por esta trajetória.

E o policial, - e aí às vezes costumamos criticar a polícia, ou o policial de um modo geral, lamentavelmente é uma questão nossa, conjuntural do país - para ser policial e pegar a arma dele que é um 38, basta saber ler e escrever e passar no concurso que é feito, no nível inclusive para acolher esse pessoal.

Então, o que precisamos é que os governos, de um modo geral, tenham consciência da questão da segurança, como neste caso, que quero aqui inclusive cumprimentar V. Exa., preocupado por um cidadão honrado lá da sua

cidade, que também conheço o trabalho profissional do pai, que é um cidadão acima de qualquer suspeita, e mais que pode acontecer a qualquer momento com qualquer um de nós.

De sermos atropelados por um policial que lamentavelmente sem nenhuma formação - e a culpa não é dele - acaba recebendo a arma dele - que é um 38 - para o trabalho, sem estar devidamente preparado para isso, que a culpa então, é uma culpa conjuntural nossa e que é uma herança que temos que, inclusive, tentar diluir e fazer com que o profissional que vai servir a segurança, que não seja, que não tenha um preparo tanto tempo como tem um médico para pegar o bisturi, mas que pelo menos ele tenha uma forma de sair academicamente sabendo que a segurança é para ele dar segurança e não para meter medo, porque hoje o cidadão comum, ao invés da polícia lhe dar segurança, a polícia lhe mete medo.

Parabéns a V. Exa., quero compactuar inclusive com a sua preocupação.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Edgar, corroborando com o seu pronunciamento, acho que a questão da segurança pública, podemos definir de duas formas: a primeira é o aumento exagerado da criminalidade no Paraná, é um absurdo os patamares que o crime chegou no nosso Estado. E o segundo ponto, é o despreparo de grande parcela da polícia militar do nosso Estado. Há falta de investimento por parte do Governo neste Estado.

Esta situação que V. Exa. relata, é uma situação covarde, policiais militares agredindo o cidadão, o pai de família, honrado, numa situação das mais esdrúxulas, e que a qualquer um poderia estar sendo na verdade a vítima.

Mas, ontem, às 9 e meia da noite, na Praça Osório de Curitiba, o Prefeito da minha região, indo ao hotel, foi assaltado. Prefeito de São Jorge do Oeste, Luiz Corte, foi assaltado à mão armada na Praça Osório de Curitiba, às 9 e meia da noite. Isto demonstra os índices absurdos da criminalidade do nosso Estado, o perigo que se tem de andar pelas ruas, de transitar a qualquer hora, pode sair de dia ou de noite.

Então, quero apenas enaltecer a sua preocupação e dizer que precisamos discutir aqui nesta Assembléia, atitudes que possam oferecer uma melhor qualidade de vida para a nossa população, minimizar os efeitos do grande índice de criminalidade, e dotar a polícia de uma aparelhagem melhor, porque não é possível que a polícia ao invés de oferecer tranquilidade para a sociedade, ofereça perigo, como é o caso em questão.

O SR. EDGAR BUENO

Agradeço o aparte do Deputado Nereu Moura, e lamentavelmente também reforçar esta questão dos assaltos e do Prefeito de São Jorge do Oeste. É prefeito, vereador, é o cidadão, senhoras grávidas andando nas ruas de

Curitiba são assaltadas, à faca, à mão armada, à revolver, tomam o dinheiro delas e elas nada podem fazer.

Senhoras grávidas de 6 meses, 7 meses, já vi. E olha, 40% dos assaltos não são registrados, porque a população não acredita mais nos órgãos de segurança do nosso Estado. Então, nem registram. Eles são assaltados. Os bandidos estão aí armados! Hoje tem um projeto tramitando no Congresso Nacional para desarmar a população, mas o mais inteligente e o mais coerente foi o Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul, que diz que a polícia tem que ser desarmada.

Tem que haver uma justificativa, uma justificacão muito séria para que um policial possa pendurar um revólver na cinta e sair por aí com muita arrogância e com despreparo agredindo os cidadãos comuns desarmados.

Então, temos essa grande preocupação e aí o próprio jornalista Paulo Martins escreve um artigo hoje que está na “Gazeta do Paraná”, e nesse artigo ele diz quem são os responsáveis por esses policiais. É o Comandante da PM, é o Secretário de Estado, Cândido Martins de Oliveira ou o Governador? E diz ele me seu artigo que todos eles são responsáveis. Os dois policiais, Deputado Valdir Rossoni, diretamente, Secretário, Chefe da PM e o Governador são responsáveis indiretamente.

Então, é um artigo que quero deixar nesta Casa para que seja arquivado nesta Casa, que seja lavrado nos Anais desta Casa, porque é um artigo interessante e que faz parte de uma reflexão. Além dele ter relatado o fato no seu artigo, ele pede que haja providências, ele pede que todos os cidadãos, todos os representantes políticos possam tomar providências para que o nosso Estado não caia numa situação incontrolável.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Edgar Bueno, essa questão da segurança todos sabemos que a ação de 2 policias ou 3 policias num determinado caso como este lamentável e que tem que ser repreendido, jamais pode querer responsabilizar o Governador do Estado.

Quero dizer a V. Exa. que levarei ao conhecimento do Governador essa questão, lamento o ocorrido e realmente a Polícia Militar tem que agir com prudência. Eles estavam tratando com um filho de um cidadão paranaense, por mais simples ou mais importante que ele fosse tinha que ser tratado igual, com respeito e com dignidade, essa é a postura do nosso Governo, essa é a exigência do Governador com a Polícia Militar e tenho certeza absoluta que esta é a postura do Governador. Ele não ficará contente, ele vai repudiar essa atitude desses policias que certamente não é aprovada por nenhum paranaense.

O SR. EDGAR BUENO

Agradeço o aparte do Deputado Valdir Rossoni.

Esta sua coerência lhe credita cada vez mais este cargo de líder do Governo, tenho a certeza que V. Exa.

levará ao conhecimento do Governador e ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná. É assim que precisamos agir para que esses abusos não aconteçam. Vou pedir à Comissão de Direitos Humanos desta casa que também leve esse assunto para a sua reunião e não só o assunto da agressão ao Marcos Aurélio Martins, mas também com referência ao assassinato do Miguel Siqueira Donha, para que a Comissão de Direitos Humanos desta Casa também possa analisar.

Para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados e principalmente o Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. sabe muito bem que a Estrutura da Segurança Pública do Estado do Paraná, e principalmente o efetivo é estrutura de 20 anos atrás.

E a estrutura de 20 anos atrás não vai poder atender o Estado do Paraná. porque o Estado do Paraná cresceu, o Paraná recebeu muitas famílias de outros estados e crescemos no número da nossa população. Portanto, o efetivo da Polícia Militar e Polícia Civil de vinte anos atrás não são necessários mais para fazer a segurança do Estado do Paraná.

Por isso, quero pedir o empenho de todos os Srs. Parlamentares para que convençam o Governo do Estado do Paraná, para que convençam, o Secretário da Segurança Pública do Paraná para aumentarem o efetivo e realmente a população do Estado possa estar tranqüilizada porque realmente o efetivo renovado, ampliado, poderá fazer uma segurança digna a toda a população do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra a Liderança do Governo.

(Declina)

Esta presidência, antes de ler os requerimentos e os projetos que necessitam de apoio, gostaria de esclarecer que tem procurado, ao longo de exercício desta presidência, exercer, principalmente nas Sessões Plenárias, da maior imparcialidade possível, procurando fazer com que as sessões corram da maneira mais cordial e Principalmente mais ética e disciplinar possível.

Esta é uma das razões de, inclusive, termos a nossa reunião das Lideranças hoje, para agilizarmos modificações na questão do Regimento Interno.

Mas, enquanto o Regimento Interno não for mudado, no artigo 19, o Presidente é o órgão da Assembléia quando ela houver de se iniciar coletivamente e o regulador dos seus trabalhos e o fiscal da sua ordem na conformidade deste regimento.

Enquanto não for modificado este Regimento Interno, esta presidência irá exercer o poder a que lhe foi atribuído, procurando sempre ser o mais justo e mais cortês possível.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 005/2000/GL/PMDB, subscrito pelo Senhor Deputado Nereu Moura, na qualidade de Líder da Bancada do PMDB, constante do expediente, comunicando que assumiu funções de liderança dentro do partido e indica também os nomes dos Senhores Deputados Edson Strapasson e Ademir Bier, na função de vice-Liderança. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente, requerendo prorrogação por mais 10 (dez) dias, de sua licença para tratamento de saúde, conforme atestado anexo. **À Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Necessita de apoio.** **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do Senhor Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Necessitam de apoio.** **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Luciana Rafagnin, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Luciana Rafagnin, com apoio dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni e Péricles Mello, constante do expediente. **Necessita de apoio.** **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Necessita de apoio.** **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Necessitam de apoio.** **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Necessita de apoio.** **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Necessita de apoio.** **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 03 (três) de autoria do Senhor Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente. **Necessitam de apoio.** **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Necessita de apoio.** **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Necessita de apoio.** **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Necessita de apoio.** **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 001, 002 e 019, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 037, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Senhores Deputados Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Péricles Mello e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 003 a 012, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 015 a 018, 063 e 076, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 020, de autoria do Sr. Deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 021 e 023 a 027, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 028 e 036, de autoria do Sr. Deputado Beraldin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 029 e 077 a 080, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 030 e 031, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 032 e 033, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 034 e 051, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 042 e 043, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 047 e 054, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 048 e 049, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 050, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 052 e 075, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 053 e 056 a 062, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 055, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 068, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 073 e 074, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 081, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 17, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 599/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 445 e 601/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 259, 539, 591, 595, 624 e 636/99.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/00.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecimento no Artigo 10 da Lei 12.400, de 30 de dezembro de 1998,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 049/99 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 12.400 de 30 de dezembro de 1998, nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA

Código	Valor
31901100	1.700.000,00
TOTAL	1.700.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA

Código	Valor
31900100	1.200.000,00
31900400	500.000,00
TOTAL	1.700.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 20.12.99.

PORTARIA Nº 050/99 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 12.400 de 30 de dezembro de 1998, nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA

Código	Fonte	Valor
31901100	000	10.000.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA

Código	Fonte	Valor
44905100	000	10.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.12.99.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

Deputado HERMAS BRANDÃO
1º Secretário

PORTARIA Nº 01/2000

prorrogar, a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo, DEONILSON ROLDO, a fim de que permaneça prestando serviços junto à Secretaria de Estado da Comunicação Social, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2000.

(Prot. nº 12.300/99)

PORTARIA Nº 02/2000

prorrogar, a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo, ARLETO ZACARIAS SILVA JÚNIOR, junto a Universidade Federal do Paraná, a fim de que permaneça prestando serviços junto à disciplina de Cirurgia Cardiovascular do Hospital de Clínicas, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2000.

(Prot. nº 178/2000)

PORTARIA Nº 03/2000

prorrogar, a disposição funcional da servidora deste Poder Legislativo, MARCIA REGINA ABBA

ROMERO, a fim de que permaneça prestando serviços junto a esta Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Paraná, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2000.

(Prot. nº 181/2000)

PORTARIA Nº 04/2000

prorrogar, a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo, IVAN JOSÉ CORDEIRO, a fim de que permaneça prestando serviços junto a este Tribunal de Justiça, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2000.

(Prot. nº 184/2000)

PORTARIA Nº 05/2000

prorrogar, a disposição funcional da servidora deste Poder Legislativo, MARILENE BOCHNIA SCHAFFER, a fim de que continue prestando serviços junto a este Tribunal de Justiça, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2000.

(Prot. nº 185/2000)

PORTARIA Nº 06/2000

prorrogar, disposição funcional da servidora deste Poder Legislativo TEREZA CRISTINA CAMARGO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, a fim de que continue prestando serviços junto a este Tribunal de Justiça, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2000.

(Prot. nº 186/2000)

PORTARIA Nº 07/2000

prorrogar, a disposição funcional da servidora deste Poder Legislativo, ANGELA BARK, na Câmara Municipal de Curitiba, para prestar serviços junto ao Gabinete do Vereador João Claudio Derosso, com ônus para a Câmara Municipal de Curitiba, até 31 de dezembro de 2000.

(Prot. nº 188/2000)

PORTARIA Nº 08/2000

prorrogar, a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo ANDRÉ HEIER PORTUGAL, junto ao Tribunal de Alçada, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2000.

(Prot. nº 187/2000)

PORTARIA Nº 10/2000

colocar, a disposição do Governo do Estado do Paraná, o servidor deste Poder Legislativo, WANDERLEI SILVA JÚNIOR, para prestar serviços junto a Secretaria de

Estado da Segurança Pública, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2000.

(Prot. nº 375/2000)

PORTARIA Nº 11/2000

prorrogar, a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo, HECTOR VINÍCIUS WAGNER, a fim de continuar prestando serviços junto ao Tribunal de Contas, até 31 de dezembro de 2000, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 189/2000)

PORTARIA Nº 12/2000

prorrogar, a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo Chrizanto Chrisóstomo da Silva, a fim de continuar prestando serviços junto ao Tribunal de Contas, nos termos da cedência anterior, para exercer cargo em Comissão, até 31 de dezembro de 2000.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.01.2000.

PORTARIA Nº 09/2000

prorrogar, a disposição funcional da servidora deste Poder Legislativo, GIANNA DE SOUZA MACONCIN, a fim de continuar prestando serviços junto ao Tribunal de Contas, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2000.

(Prot. nº 189/2000)

PORTARIA Nº 13/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARIA CRISTINA DAL'LIN, matrícula nº 40078, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria Administrativa, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248 da Lei nº 6174/70, assegurado pelo § 3º do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 11.893/99)

PORTARIA Nº 14/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARIA APARECIDA GOMES, matrícula nº 40535, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria de Pessoal, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o

período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 11.892/99)

Gabinete da Diretoria Geral, em 19.01.2000.

PORTARIA Nº 15/2000

conceder, licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo ACIOLY BATISTA, de noventa (90) dias, a partir de 13 de dezembro de 1999. (CID.813.4/5.)

(Prot. nº 12.165/99)

Gabinete da Diretoria Geral, em 20.01.2000.

PORTARIA Nº 16/2000

prorrogar, a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo JOSÉ EDUARDO PIZZETTI, a fim de que permaneça prestando serviços junto a esta Secretaria de Estado, até 31 de dezembro de 2.000, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.01.2000

PORTARIA Nº 17/2000

prorrogar, a disposição funcional da servidora deste Poder Legislativo, ALEXANDRA KARIME DO NASCIMENTO MICHALTCHUK, junto ao Tribunal de Justiça, para o ano de 2.000, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 12.366/99)

PORTARIA Nº 18/2000

conceder, licença para tratamento de saúde a servidora deste Poder Legislativo, MARIA ELIZABETH GUTHER CAMATI, de sessenta (60) dias a partir de 12 de dezembro de 1999. (CID. J-84.0 CID-10).

(Prot. nº 12.316/99)

PORTARIA Nº 19/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, MARCIA BORIO WOJTUNIK, a partir de 12 de janeiro de 2.000, de quarenta e cinco (45) dias. (CID.M65.4).

(Prot. nº 511/2000)

PORTARIA Nº 20/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais ao acervo de serviço público de ELIETE DE PAULA XAVIER ZIESEMER, matrícula nº 40.447, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Advogada, nível E-07, prestando serviços no Setor das Comissões, o tempo de

seis (06) meses, relativo ao dobro da Licença Especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado, do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o art. 248 da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 12.153/99)

PORTARIA Nº 21/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais ao acervo de serviço público de MARIA CRISTINA F. KURUT, matrícula nº 40.310, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Coordenadoria de Expediente e Arquivo, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da Licença Especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado, do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 02 de março de 1993 e 02 de março de 1998, conforme lhe faculta o art. 248 da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 12.098/99)

Gabinete da Diretoria Geral, em 31.2000.

PORTARIA Nº 22/2000

prorrogar, a disposição da PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS, a servidora deste Poder Legislativo, MARIA MADALENA DA SILVA, para continuar prestando serviços junto a este Poder Executivo, até 31 de dezembro de 2000, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 705/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 15.02.2000.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, às onze horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Duílio Genari, Plauto Miró, Luiz Accorsi, Edgar Bueno, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Proposição nº 26/99; Proposição nº 27/99 e Proposição nº 28/94. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Senhor Deputado Duílio

Genari, Presidente da Comissão, abriu os trabalhos da presente reunião, dando a palavra ao Senhor Deputado Plauto Miró que é o Relator das Proposições nºs 26/99 e 27/99. O Senhor Relator disse estar impossibilitado de concluir seu parecer, porque solicitou pedido de informações e documentações que se fazem necessárias, para maiores esclarecimentos para uma análise apurada, uma vez que o assunto é de suma importância. Disse ainda, que alguns documentos já chegaram, mas são insuficientes para um parecer completo, e que se tudo chegar até a próxima reunião, com o maior prazer os relatará. O Senhor Presidente acolheu as explicações fornecidas pelo Senhor Deputado Plauto Miró, Relator, e concordou, com a anuência dos nobres Deputados presentes, que se faça um exame detalhado da matéria, já que se trata de assunto importante. A Proposição nº 28/94 encontra-se com o Senhor Deputado Antonio Annibelli, que não pôde estar presente à reunião porque estava em viagem ao interior do Estado, para atender compromissos previamente agendados. O Senhor Presidente então deu conhecimento aos presentes das prestações de contas que atendem ao Artigo 27 - § 9º da Constituição Estadual, que reza o seguinte: “§ 9º - As contas da administração pública direta, fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, ficarão, durante sessenta dias, anualmente, em local próprio da Assembléia Legislativa, à disposição, para exame e apreciação de qualquer contribuinte, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei”. Que ficou determinado que esses documentos quando chegassem à Assembléia Legislativa, seriam encaminhados à Comissão de Tomada de Contas e que no fim do período legislativo, seriam apresentados aos Senhores Deputados e colocados à disposição de todos por mais um período de sessenta dias, a terminar então em sete de fevereiro do ano dois mil, que são: Protocolo nº 2169/99 - Declaração de bens dos Secretários de Estado, 1º e 2º Escalão do Governo do Estado; Protocolo nº 3699/99 - Declaração de bens da Administração Indireta/99; Protocolo nº 2296/99, prestação de contas do FUNRESTRAN/98; Protocolo nº 2531/99 - Balanço da Universidade Estadual de Londrina/98; Protocolo nº 7071/99, prestação de contas da COMPAGÁS/97; Protocolo nº 3900/98, prestação de contas do DEAP/97; Protocolo nº 3879/98, prestação de contas da COMEC/97; Protocolo nº 4070/98, prestação de contas da Paraná Investimentos/97; Protocolo nº 4064/98, prestação de contas da Universidade Estadual de Maringá/97 2 Volumes; Protocolo nº 7074/99, prestação de contas da CODAPAR/97; Protocolo nº 3368/99, prestação de contas da Universidade Estadual de Ponta Grossa/98; Protocolo nº 3698/99, prestação de contas da CODAPAR/98 3 Volumes; Protocolo nº 3758/99, prestação de contas da CLASPAR/98; Protocolo nº 3883/99, prestação de contas da SANEPAR/98; Protocolo nº 3901/99, prestação de contas do DETRAN/98; Protocolo nº 3902/99, prestação de contas da Universidade Estadual de Maringá/98 2 Volumes; Protocolo nº 3896/98,

prestação de contas do DETO/97; Protocolo nº 3920/99, Relatório de Atividades da Paraná Investimentos de 01.10.98 à 31.03.99; Protocolo nº 3923/99, prestação de contas da COMEC/98; Protocolo nº 3927/99, prestação de contas da COMPAGÁS/98; Protocolo nº 3969/99, prestação de contas da DEAP/98; Protocolo nº 3981/99, prestação de contas do DETO/98; Protocolo nº 3983/99, prestação de contas da Paraná Investimentos/98; Protocolo nº 8594/99, prestação de contas do BANESTADO Leasing, Arrendamento Mercantil/97; Protocolo nº 8333/99, prestação de contas da BANESTADO S/A Participação e Administração de Serviços/97; Protocolo nº 8334/99, prestação de contas da BANESTADO Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários/97; Protocolo nº 8335/99, prestação de contas da BANESTADO Clube S/C/98; Protocolo nº 8336/99, prestação de contas do BANESTADO Corretora de Mercadorias; Protocolo nº 8337/99, prestação de contas da BANESTADO Reflorestadora/97; Protocolo nº 8338, prestação de contas da BANESTADO Cartões de Crédito/97; Protocolo nº 8339/99, prestação de contas da BANESTADO S/A/97; Protocolo nº 9841/99, Relatório de Atividades da Paraná Investimentos de 01.04.99 à 30.09.99; Sem protocolo prestação de contas de Departamento de Imprensa Oficial do Estado 93/94/95/97; Protocolo nº 4501/99, Relatório de Atividades do 1º trimestre/99 do Tribunal de Contas; Protocolo nº 1317/99, Relatório de Atividades do 4º trimestre/98 do Tribunal de Contas; Protocolo nº 7094, Relatório de Atividades do 2º trimestre/99 do Tribunal de Contas; Protocolo nº 10347/99, Relatório de Atividades do 3º trimestre/99 do Tribunal de Contas; e diversas entidades beneficentes que já prestaram contas ao Departamento Financeiro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercícios financeiros de 1998 e 1999. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Deputado Presidente da Comissão, encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos e marcando uma próxima reunião para o dia 14 (catorze) de dezembro próximo vindouro, e para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Senhores Deputados presentes à reunião e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
TERMO DE ATA

Aos catorze dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, às onze horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, para realizar a terceira reunião ordinária. Como todos os membros efetivos da Comissão receberam convocação e pauta da reunião e estavam presentes os

seguintes Senhores Deputados: Duílio Genari e Antonio Annibelli, e não havendo número legal, o Senhor Deputado Presidente da Comissão, Duílio Genari, marcou outra reunião para o dia 15 de dezembro de 1999, às catorze horas, no mesmo local, com a seguinte pauta: Aprovação da prestação de contas da dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, exercício financeiro de 1999, Resolução nº 55 de 03 de outubro de 1983, Proposição nº 31/99, e para produzir os efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e achado conforme, será assinado pelo Senhor Presidente da Comissão e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, às catorze hora, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença dos Senhores Deputados membros da comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a

seguinte Ordem do Dia: Aprovação da prestação de contas da dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referente ao exercício financeiro de 1999, regulamentada pela Resolução nº 55 de 03 de outubro de 1983 - Proposição nº 31/99. Havendo número legal, e de acordo com o Regimento Interno, o Senhor Deputado Duílio Genari, Presidente da Comissão, abriu os trabalhos da presente reunião, dando a palavra ao Senhor Deputado Relator da Proposição 31/99, Antonio Annibelli, que após analisar os documentos relativos a ela, optou pelo parecer FAVORÁVEL, pois atende a todas as exigências de sua regulamentação. Após examinada a matéria em questão, foi unanimemente aprovada por todos os Senhores Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Deputado Presidente encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos, desejando um Feliz Natal e um Ano Novo cheio de realizações e que com a proteção de Deus, voltaremos a nos reunir no próximo ano. E, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão, ao seu término, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Deputados presentes à reunião e por mim que a secretariei.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária